



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS CONSOLIDADO - 2016

**Instituto Politécnico de Santarém e
Serviços de Ação Social**

junho de 2017

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

Com 37 anos de existência, o Instituto Politécnico de Santarém, tem-se afirmado, cada vez mais, tanto ao nível nacional como internacional, apesar das dificuldades financeiras e da grande crise que tem afetado o país nos últimos anos.

Contudo, mesmo em tempo de crise, é má política esquecer a aposta na expansão e desenvolvimento do Ensino Superior, condição essencial para a recuperação da economia do país. Lembramos que Portugal ainda está muito longe de atingir as metas estabelecidas, na área do Ensino Superior, relativamente à estratégia 2020.

Só com o apoio e a participação de todos, fomos capazes de superar as dificuldades que nos afetaram nos últimos tempos. Nos últimos quatro/cinco anos, tem havido um forte decréscimo dos valores transferidos através do Orçamento de Estado o que, acrescido dos problemas demográficos e socioeconómicos dos agregados familiares, têm condicionado a evolução e a sustentabilidade das instituições.

Para superar esta situação adversa, a presidência do Instituto tem mantido uma ação determinante e eficaz, em termos de gestão e de racionalização de recursos humanos e de equipamentos.

Na verdade, este ano, apesar de todas as conhecidas dificuldades, o Instituto logrou fazer mais com menos recursos, reduzindo os custos com o pessoal (feitos os ajustes decorrentes da evolução dos cortes dos salários) e também com as aquisições de bens e serviços.

Um novo modelo de financiamento, com a atribuição de uma fórmula que inclua vários itens de qualidade, poderá oferecer alguma garantia no futuro. No entanto, dado que anualmente tem havido um decréscimo significativo do Orçamento de Estado, o qual se afigura sem qualquer critério, quanto à atribuição de verbas leva a que algumas Instituições de Ensino Superior já tenham atingido uma fase crítica, em termos de sustentabilidade financeira.

Outro dos principais problemas do Ensino Superior, é o decréscimo do número de estudantes e particularmente o abandono escolar.

Pese embora esses fortes constrangimentos, o Instituto Politécnico de Santarém tem concretizado vários objetivos com excelentes indicadores:

Um estudo sobre o impacto socioeconómico do IPSantarém na região indicou que por cada euro investido pelo Estado se obtém um retorno de 4,7 euros, o que confirma a importância e a consequente imprescindibilidade da nossa instituição, em termos sociais, económicos e de desenvolvimento regional.

Dados fornecidos pela Direção Geral do Ensino Superior, indicam que o nosso Instituto, entre todos os Politécnicos a nível nacional, se encontra em 3º lugar, em termos de menor nível de desemprego, dos seus diplomados

São estes (e outros) os indicadores que teremos de ter em conta quando nos aproximamos dos nossos futuros estudantes, que inquestionavelmente constituem, em si mesmo, o nosso maior capital.

1. INTRODUÇÃO	4
2. MACRO AMBIENTE EXTERNO	5
3. IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO.....	7
3.1. Instituto Politécnico de Santarém	7
3.2. Serviços de Ação Social.....	12
4. REFERENCIAL ESTRATÉGICO DO GRUPO	14
4.1. Instituto Politécnico de Santarém	14
4.2. Serviços de Ação Social.....	15
5. INDICADORES DE ATIVIDADE DO GRUPO.....	17
5.1. Instituto Politécnico de Santarém	17
5.2. Serviços de Ação Social – Atividades	18
6. RECURSOS HUMANOS	28
7. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA.....	34
7.1. Recursos Financeiros.....	34
7.2. Serviços de Ação Social.....	42
7.3. Execução financeira consolidada (IPSantarém e SASIPSantarém).....	44
7.4. Situação Patrimonial e Financeira	45
7.4.1. Síntese das contas consolidadas	45
8. CONCLUSÃO.....	50

1. INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão consolidado do Grupo IPSantarém descreve as principais atividades desenvolvidas pelas entidades que constituem o perímetro de consolidação, relativas ao exercício económico de 2016, dando cumprimento às disposições legais em vigor e procurando produzir informação acerca das atividades executadas no ano de 2016 e informação essencial para a avaliação interna e externa, designadamente nas áreas de missão do Instituto Politécnico de Santarém.

As entidades que compõem o perímetro de consolidação do Grupo IPSantarém são o Instituto Politécnico de Santarém (IPSantarém) e os Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Santarém (SASIPSantarém).

As demonstrações financeiras foram objeto de fiscalização e certificação legal.

Para uma análise a nível mais detalhado das atividades desenvolvidas deve ser consultado o relatório de gestão individualizado do Instituto Politécnico de Santarém e dos Serviços de Ação Social.

O Relatório está organizado em duas partes principais, de acordo com a metodologia e conteúdo que se descreve:

- Caracterização e missão das entidades consolidadas, orientações estratégicas e objetivos e principais atividades desenvolvidas;
- Informação sobre as áreas orçamental, patrimonial e financeira (balanço consolidado e demonstração de resultados consolidados).

Assim, o presente Relatório pretende ilustrar o empenho e dinamismo do IPSantarém na prossecução da sua missão e no cumprimento dos objetivos estratégicos a que se propôs para o ano de 2016.

2. MACRO AMBIENTE EXTERNO

No seguimento da Estratégia de Lisboa (2000), o Quadro Estratégico para a cooperação Europeia no Domínio da Educação e da Formação, aprovado em 12 de maio de 2009 pelo Conselho da União Europeia, sublinha o papel crucial da educação e da formação para o futuro da Europa, nomeadamente, na superação dos inúmeros desafios socioeconómicos, demográficos, ambientais e tecnológicos com que os cidadãos europeus são confrontados.

No documento “Europa 2020 – Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo”, elaborado em 3 de março de 2010, a Comissão Europeia define um conjunto de objetivos e propõe diversas iniciativas emblemáticas tendo em vista a criação de mais emprego, o desenvolvimento de melhores condições de vida e a preparação de um futuro sustentável.

Entre os objetivos quantificáveis propostos pela Comissão, que devem ser alcançados até 2020, destacam-se, pela sua relevância para as Instituições de Ensino Superior os seguintes:

- A obtenção de uma percentagem de emprego de 75% para a população situada entre os 20 e os 64 anos;
- O investimento de 3% do PIB da UE em Investigação e Desenvolvimento;
- O aumento da percentagem da população, com idade entre 30 e 34 anos, que completou o ensino superior de 31 % para, pelo menos, 40%.

A concretização destes objetivos implicará:

- A promoção da aprendizagem ao longo da vida e da mobilidade;
- A melhoria da qualidade e da eficácia da educação e da formação;
- A promoção da igualdade, da coesão social e da cidadania ativa;
- O incentivo da criatividade, da inovação e do empreendedorismo em todos os níveis da educação e da formação.

Para além disso, entre o governo português e as instituições de ensino superior públicas, foi assinado um “contrato de confiança” que reconhece o papel da educação e formação como um fator decisivo para o futuro de Portugal.

Esse documento, ainda não revogado, apesar de não ter sido cumprido por parte dos sucessivos governos, no que toca aos respetivos compromissos, estabelece as prioridades e os objetivos centrais para o desenvolvimento do Ensino Superior e pretende, garantir a existência de mais formação para mais alunos, através do reforço da abertura do ensino superior a novas camadas de estudantes jovens e à população ativa, proporcionando os apoios sociais necessários. Aponta, para o reforço da qualidade e da relevância das formações como modo de promover a empregabilidade. Procura definir estratégias para promover a ligação, cada vez mais íntima, entre o Ensino Superior e a vida económica, social e cultural do País, e promover e reforçar a internacionalização das instituições e o papel da atividade científica na sua condução estratégica.

Por outro lado, a publicação de dois importantes diplomas, trouxeram alterações muito significativas no funcionamento e no posicionamento dos Institutos Superiores Politécnicos. Referimo-nos, em concreto, respetivamente aos D.L. N.º 43/2014, o qual cria os Cursos Técnicos Superiores Profissionais e o D.L. N.º 36/2014 que cria o Estatuto do Estudante Internacional.

Estes documentos reforçam, as orientações da tutela, para o desenvolvimento do Ensino Superior Politécnico, porquanto:

- 1- A aposta na expansão dos cursos de formação curta de Ensino Superior;
- 2- O desenvolvimento da investigação aplicada, em ligação direta com o meio empresarial e industrial, com vista ao desenvolvimento científico e tecnológico do País e ao fomento da participação empresarial nas atividades de I&D das Instituições de Ensino Superior Politécnico;
- 3- A promoção da internacionalização do Ensino Superior a nível europeu, bem como do desenvolvimento de programas curriculares conjuntos à escala internacional, do estabelecimento de linhas de investigação conjuntas e da mobilidade de estudantes e docentes;
- 4- O envolvimento do Ensino Superior Politécnico no desenvolvimento do Ensino Politécnico nos Países de Língua Oficial Portuguesa e no aprofundamento de um Espaço Lusófono de Ensino Superior, em especial através da estimulação da mobilidade de estudantes e docentes e da aposta no ensino à distância.

Foi com o propósito de tomar como referência os princípios contidos nos documentos e na nova legislação produzida que atrás foram referidos que, o Instituto Politécnico de Santarém elaborou o seu Plano de Desenvolvimento Estratégico e iniciou os trabalhos de elaboração de um novo plano estratégico, documento o qual será o guia de referência das atividades, entre 2014 e 2020.

3. IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO

3.1. Instituto Politécnico de Santarém

Identidade e Missão

O IPSantarém é uma instituição de ensino superior politécnico público, ao serviço da sociedade, empenhada na qualificação de alto nível dos cidadãos, destinada à produção e difusão do conhecimento, criação, transmissão e difusão do saber de natureza profissional, da cultura, da ciência, da tecnologia, das artes, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental, relevando a centralidade no estudante e na comunidade envolvente, num quadro de referência internacional.

O IPSantarém promove a cooperação institucional e a mobilidade efetiva de todos os seus agentes, tanto a nível nacional como internacional – designadamente no espaço europeu de ensino superior e na comunidade de países de língua portuguesa - participa em atividades de ligação à sociedade, de difusão, transferência e valorização económica de conhecimento e assegura o acesso dos cidadãos ao ensino superior e à aprendizagem ao longo da vida.

Enquadramento legal e atribuições

O Instituto Politécnico de Santarém (IPSantarém) foi criado em 1979 pelo D.L. N.º 513-T/79, de 26 de dezembro, tendo os seus primeiros estatutos sido aprovados pelo Despacho Normativo n.º 77/95, de 11 de outubro, publicados na 1.ª Série do *Diário da República* n.º 280, de 5 de dezembro. Em resultado da publicação da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, houve a necessidade de proceder a uma revisão desses estatutos no sentido de enquadrar o IPSantarém no novo regime jurídico das Instituições de Ensino Superior. Assim, os estatutos atualmente em vigor foram publicados no dia 4 de novembro de 2008 (*Diário da República*, 2.ª série – N.º 214), tendo entrado em vigor no dia seguinte ao da publicação. Do ponto de vista do respetivo enquadramento jurídico-institucional, o Instituto Politécnico de Santarém, obedece ao disposto no Decreto-Lei N.º 62/2007 de 10 de setembro, o qual fixa o Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior, seja quanto à respetiva forma organizativa, seja quanto às suas atribuições, seja quanto à competência dos seus órgãos de governo, seja, ainda, quanto às suas relações com a tutela e modo de fiscalização pública.

No que se refere ao pessoal docente, o IPSantarém regula-se pelo disposto no Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, consagrado no Decreto-Lei N.º 185/81 de 1 de julho, revisto pelo Decreto-Lei N.º 207/2009, de 31 de agosto e alterado pela Lei n.º 7/2010 de 13 de maio.

Quanto ao pessoal não docente, regula-se pelos princípios que estão definidos na Lei n.º 35/2014 de 20 de junho.

O IPSantarém norteia a sua oferta formativa conferente de grau, seguindo os princípios contidos na Declaração de Bolonha, os quais conhecem a sua forma de lei, designadamente no disposto no Decreto-Lei N.º 42/2005 que define os princípios reguladores e os instrumentos para a criação do espaço europeu do ensino superior, no disposto no Decreto-Lei N.º 74/2006 de 24 de março e suas posteriores alterações, que aprova o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior e na Portaria n.º 30/2008 de 10 de janeiro, que define os princípios do suplemento ao diploma, previsto nos artigos 38.º a 42.º do Decreto-Lei N.º 42/2005 de 24 de março.

A conduta do IPSantarém é também regulada pelas competências conferidas à Agência Nacional de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, definidas no Decreto-Lei N.º 369/2007, de 5 de novembro, que também institui a Agência.

Na sequência do D. L. N.º 43/2014, em 2016 foi publicado o Decreto-Lei N.º 63/201, o qual veio aditar a regulamentação sobre os Cursos Técnicos Superiores Profissionais.

Neste sentido são atribuições do IPSantarém:

- A realização de ciclos de estudos visando a atribuição de graus académicos, bem como de outros cursos pós-secundários, de cursos de formação pós-graduada e outros, nos termos da lei;
- A criação do ambiente educativo adequado ao desenvolvimento da sua missão;
- A realização de investigação e o apoio e participação em instituições científicas;
- A transferência e valorização do conhecimento científico e tecnológico;
- A realização de ações de formação profissional e de atualização de conhecimentos;
- A prestação de serviços à comunidade e de apoio ao desenvolvimento;
- A cooperação e o intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições congéneres, nacionais e estrangeiras;
- A contribuição para a cooperação internacional e para a aproximação entre os povos, em especial com os países de língua portuguesa e os países europeus, no âmbito da atividade do IPSantarém;
- A produção e difusão do conhecimento e da cultura.

Órgãos de governo e estrutura organizacional

De acordo com os estatutos do IPSantarém, são os seguintes, os órgãos de governo da instituição:

- Conselho Geral, este órgão é composto por 21 membros, dos quais seis, são personalidades externas de reconhecido mérito com experiência relevante para o Instituto;
- Presidente, de natureza nominal, o qual é o órgão superior de governo e de representação externa do instituto e que é coadjuvado por dois Vice-presidentes e por Pró-presidentes para o desenvolvimento e implementação de tarefas, projetos e atividades específicas;
- Conselho de Gestão, este órgão é composto, para além do Presidente do Instituto, por um vice-presidente e pelo administrador;
- O presente mandato presidencial é, também, coadjuvado por três Pró-presidentes. Deste modo, a partir de 6 de junho de 2014, para além do pró-presidente para a Qualidade, Modernização e Desenvolvimento Institucional, o qual transita do anterior mandato, passaram também a existir as seguintes pró-presidências: Política Educacional e Promoção e Desenvolvimento Académico do Desporto no IPSantarém. Passou igualmente a existir um coordenador institucional para o E-learning.

Para a concretização da sua missão, o IPSantarém conta com cinco unidades orgânicas, designadas por Escolas Superiores:

- Escola Superior Agrária de Santarém (ESAS);
- Escola Superior de Desporto de Rio Maior (ESDRM);
- Escola Superior de Educação de Santarém (ESES);
- Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém (ESGTS);
- Escola Superior de Saúde de Santarém (ESSS).

Para além destas unidades orgânicas, o Instituto conta ainda com outras unidades, designadamente:

- Unidade de Investigação, à qual compete coordenar a investigação científica no âmbito do Instituto, em articulação com as Escolas Superiores integradas;
- Unidade de formação pós-secundária e profissional, à qual compete, em articulação com as Escolas Superiores integradas, promover a formação não graduada e promover a articulação neste domínio com outras instituições;
- Unidade de apoio à empregabilidade e ao empreendedorismo, à qual compete fomentar e desenvolver as atividades de fomento do empreendedorismo, designadamente coordenar o concurso Poliempreende, bem como tomar iniciativas no sentido da facilitação da empregabilidade dos alunos do IPSantarém;
- Unidade Biblioteca que tem como objetivo gerir e coordenar o acervo bibliográfico do Instituto, o Repositório Institucional do IPSantarém e os serviços específicos prestados aos seus utilizadores;
- International School que tem como objetivo promover a oferta formativa e captar estudantes internacionais.

Existem ainda outros elementos nucleares na concretização da missão do IPSantarém, como:

- O Conselho Científico Pedagógico que é um órgão que goza de competências próprias no âmbito científico ou técnico-científico e no âmbito pedagógico e tem como finalidade estabelecer formas de cooperação e articulação entre os conselhos técnico-científicos e os

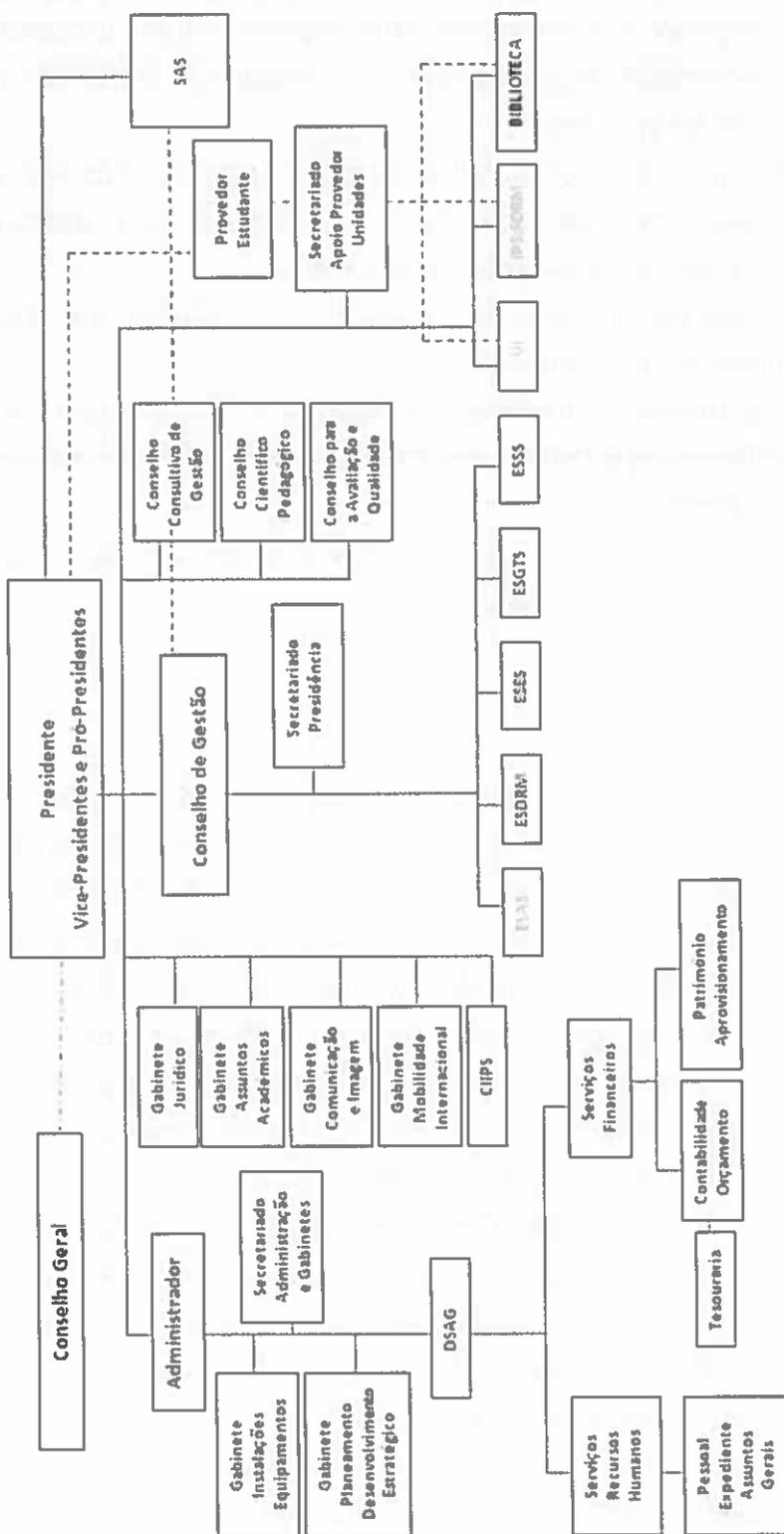
conselhos pedagógicos das Escolas, o conselho científico da unidade de investigação e a comissão técnico-pedagógica da unidade de formação pós-secundária;

- O Conselho para a Avaliação e Qualidade, o qual é responsável pelo estabelecimento dos mecanismos de autoavaliação regular do desempenho do Instituto, das suas unidades, bem como das atividades científicas e pedagógicas sujeitas ao sistema nacional de avaliação e acreditação;
- O Conselho Consultivo de Gestão cujas funções são as de apoiar o regular funcionamento do Instituto em matéria de natureza administrativa e financeira, bem como a gestão de recursos humanos;
- O Provedor do Estudante, responsável pela defesa dos direitos e legítimos interesses dos estudantes, desenvolvendo a sua ação em articulação com as associações de estudantes e com os órgãos e serviços do IPSantarém e com todas as suas unidades.

Para além das unidades orgânicas e outras unidades e dos organismos mencionados acima, os serviços centrais do IPSantarém são estruturados do seguinte modo:

- Administrador, o qual coordena os serviços do Instituto, sob a direção do presidente;
- Direção de Serviços de Administração Geral que compreende a Divisão Financeira e a Divisão de Recursos Humanos;
- Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento Estratégico, que compreende o núcleo de planeamento e desenvolvimento estratégico e o núcleo de projetos;
- Gabinete Jurídico;
- Gabinete de Instalações e Equipamento;
- Gabinete de Assuntos Académicos;
- Gabinete de Comunicação e Imagem;
- Gabinete de Mobilidade e Cooperação Internacional;
- Gabinete de Avaliação da Qualidade;
- Centro de Informática;
- Serviços de Apoio à Presidência.

Organograma do Instituto Politécnico de Santarém



3.2. Serviços de Ação Social

Missão, visão e valores

Os Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Santarém têm por missão *“assegurar as funções da ação social escolar através da criação de condições de equidade social no acesso ao ensino superior e a prática de uma frequência bem-sucedida, especialmente dos estudantes economicamente mais carenciados, mediante a concessão de apoios sociais e a prestação de serviços de qualidade”*.

Os SASIPSantarém, no quadro de desenvolvimento das suas atribuições e tendo presente a procura de níveis superiores de excelência na organização e gestão dos serviços e na satisfação dos seus clientes, adotam como sua visão:

- Promover o acesso e a inclusão plena dos estudantes nas Escolas Superiores do Instituto Politécnico de Santarém.

A concretização da missão e da visão pressupõe o respeito por valores corporativos e princípios que identificam os SASIPSantarém e definem a maneira de atuar e de se relacionar com as partes interessadas.

Os valores por que se pauta a atuação dos SASIPSantarém são: Equidade, Igualdade de oportunidades, Integridade e Responsabilidade.

Enquadramento legal e atribuições

Conforme decorre do quadro jurídico estabelecido pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior e Estatutos do Instituto Politécnico de Santarém, os SASIPSantarém são uma unidade do Instituto Politécnico de Santarém dotada de autonomia administrativa e financeira. Desenvolvem a sua atividade em obediência ao diploma supra citado e, ainda, ao Decreto-Lei n.º 129/93, de 22 de abril, Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, Estatutos do Instituto Politécnico de Santarém homologados pelo Despacho normativo n.º 56/2008, de 23 de outubro do Ministro da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 214 de 4 de novembro e Regulamento Interno dos SASIPSantarém, anexo ao Regulamento n.º 806/2010, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 206, de 22 de outubro.

Têm como objetivos proporcionar aos estudantes das escolas superiores que integram o Instituto Politécnico de Santarém (Escola Superior Agrária, Escola Superior de Educação, Escola Superior de Gestão e Tecnologia, Escola Superior de Saúde e Escola Superior de Desporto de Rio Maior), cuja população escolar, no ano letivo de 2016/17 rondou os 3700 alunos, melhores condições de estudo através da concessão de apoios sociais diretos e indiretos.

As modalidades de apoio direto são: bolsas de estudo e auxílios de emergência.

Integram as modalidades de apoio social indireto: o acesso à alimentação, alojamento, a serviços de saúde, o apoio a atividades desportivas e culturais e o acesso a outros apoios educativos.

Órgãos de governo e estrutura organizacional

Os órgãos dos Serviços de Ação Social são o Conselho de Ação Social e o Administrador.

Têm também competência no âmbito das atribuições dos SASIPSantarém, de acordo com o previsto na lei e nos Estatutos do Instituto o Presidente e o Conselho de Gestão do Instituto.

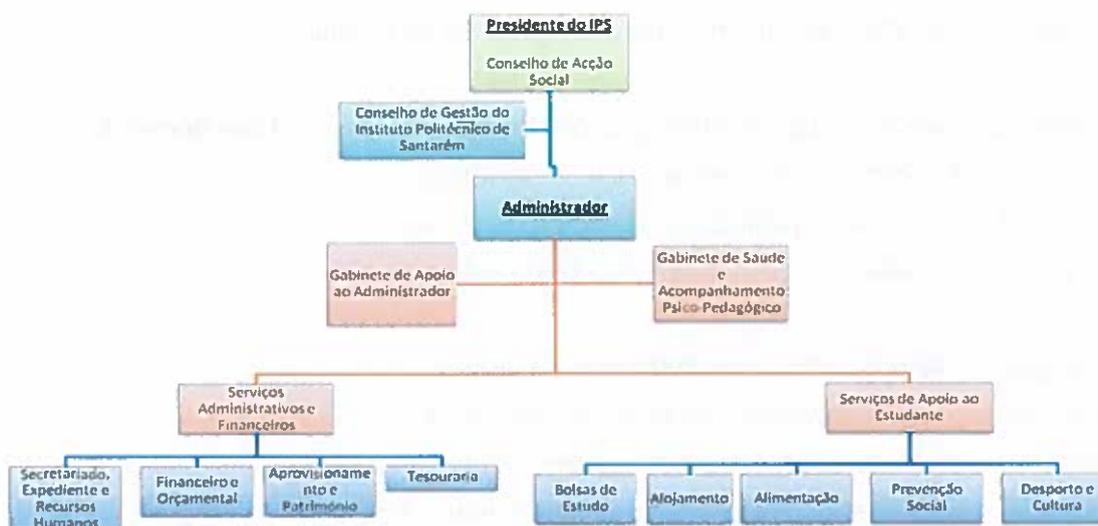
Nos termos do n.º 1 do artigo 85.º dos estatutos do Instituto e n.º 2 do artigo 82.º, do Regulamento Interno dos SASIPSantarém compete, respetivamente, ao administrador dos Serviços de Ação Social a gestão corrente dos serviços e ao conselho de gestão do Instituto a gestão financeira dos mesmos.

Para cumprimento da sua missão os SASIPSantarém desenvolvem as suas competências através de:

- Serviços Administrativos e Financeiros;
- Serviços de Apoio ao Estudante;
- Gabinete de Saúde e Acompanhamento Psicopedagógico;
- Gabinete de Apoio ao Administrador.

Em cumprimento do Despacho n.º 27/2011 do Presidente do Instituto, de 2 de março, o setor Financeiro e Orçamental dos SASIPSantarém foi integrado no setor de Contabilidade do Instituto. Foi ainda constituída uma tesouraria única nos Serviços Centrais, para todo o Instituto, que englobou a tesouraria dos Serviços de Ação Social.

O organograma dos SASIPSantarém é o seguinte:



4. REFERENCIAL ESTRATÉGICO DO GRUPO

4.1. Instituto Politécnico de Santarém

O plano de atividades de 2016, foi estruturado em torno dos eixos estratégicos que foram considerados fundamentais no plano estratégico do Instituto Politécnico de Santarém.

Estes mesmos eixos estratégicos são integrados por diferentes objetivos, os quais carecem que sejam desenvolvidos por um conjunto de ações, de modo a que possam ser concretizados.

Foram levados em conta os seguintes linhas de orientação estratégicas:

- 1: Mercado/Sociedade;**
- 2: Melhoria da Qualificação do Pessoal Docente e Não-Docente;**
- 3: Apoio ao Desenvolvimento Regional;**
- 4: Reforço das Atividades de Investigação e Desenvolvimento;**
- 5: Incentivo da Criatividade, da Inovação e do Empreendedorismo;**
- 6: Estímulo à Mobilidade e à Internacionalização;**
- 7: Reorganização dos Serviços e Rigor Administrativo.**

Eixo Estratégico 1: Melhoria do Serviço Prestado aos Alunos

Pretende atingir os seguintes objetivos:

1. Contribuir para uma maior satisfação dos alunos;
2. Contribuir para a empregabilidade dos recém-licenciados;
3. Consolidar o número de alunos e impedir o seu decréscimo;
4. Implementar no IPSantarém um sistema de garantia de qualidade.

Eixo Estratégico 2: Melhoria da Qualificação do Pessoal Docente e Não-Docente

Para reforçar a qualificação de todo seu pessoal, pretende-se:

1. Continuar a aumentar a qualificação do corpo docente;
2. Continuar a aumentar a qualificação do pessoal não docente.

Eixo Estratégico 3: Apoio ao Desenvolvimento Regional

O desenvolvimento regional envolverá os seguintes objetivos:

1. Reforço da oferta de atividades de aprendizagem ao longo da vida;
2. Aprofundamento das ligações ao tecido empresarial e associativo da região;
3. Liderar ou participar em projetos de forte impacto regional.

Eixo Estratégico 4: Reforço das Atividades de Investigação e Desenvolvimento

Relativamente a este eixo estratégico, o IPSantarém propõe-se atingir o seguinte objetivo:

1. Reforço das atividades de Investigação e Desenvolvimento.

Eixo estratégico 5: Incentivo da Criatividade, da Inovação e do Empreendedorismo

No âmbito da estimulação da criatividade e de dinâmicas de inovação e empreendedorismo, o IPSantarém propõe-se a atingir o seguinte objetivo:

1. Desenvolver a iniciativa empreendedora.

Eixo Estratégico 6: Estímulo à Mobilidade e à Internacionalização

Em 2016, o IPSantarém procurou desenvolver um conjunto de atividades no sentido de estimular em todos os domínios a mobilidade e a internacionalização, tentando atingir os seguintes objetivos:

1. Afirmar o Gabinete de Mobilidade e Cooperação Internacional – GMCI;
2. Promover a realização de mobilidades Internacionais e integração em projetos;
3. Consolidar as mobilidades internacionais existentes e alargar o processo de internacionalização e cooperação ao espaço lusófono e mediterrânico.

Eixo Estratégico 7: Reorganização dos Serviços e Rigor Administrativo

Para concretização deste objetivo foram programadas diversas ações no âmbito das áreas da contabilidade, recursos humanos e sistema de garantia da qualidade.

4.2. Serviços de Ação Social

Eixos estratégicos

Os eixos estratégicos que funcionaram como referenciais para a formulação dos objetivos operacionais do QUAR são: promover o acesso aos apoios sociais, racionalizar procedimentos e melhorar a satisfação dos clientes.

Os objetivos estratégicos e os objetivos operacionais delineados, no contexto de concretização das orientações estratégicas preconizadas, são os seguintes:

Quadro 1. Relação Objetivos Estratégicos/Objetivos operacionais

Objetivos estratégicos	Objetivos operacionais
<p>1. Melhorar o acesso aos apoios sociais</p>	<p>1.1 Potenciar a utilização da plataforma de candidatura a bolsa de estudo da DGES; 1.2 Cumprir os prazos regulamentares de comunicação dos resultados de candidatura a bolsas de estudo; 1.3 Disponibilizar a candidatura a alojamento on-line ao universo das Escolas do Instituto; 1.4 Desenvolver o sistema de informação de candidatura a bolsa de estudo e alojamento; 1.5 Consolidar o Fundo de Apoio Social para atribuição de Bolsas de Colaboração aos estudantes do Instituto.</p>
<p>2. Oferecer novas atividades nas áreas da saúde, desporto e cultura</p>	<p>2.1 Reforçar a oferta de consultas no âmbito do gabinete de Acompanhamento Psicopedagógico; 2.2 Continuar a desenvolver e aprofundar, em conjunto com os SC do Instituto o estudo sobre o abandono e insucesso escolar; 2.3 Diversificar a oferta de atividades desportivas.</p>
<p>3. Desenvolver parcerias no âmbito dos apoios sociais</p>	<p>3.1 Desenvolver novos acordos de cooperação/parcerias no âmbito da alimentação, dos serviços de saúde e do desporto.</p>
<p>4. Melhorar os processos com vista à eficiência, qualidade, inovação e segurança.</p>	<p>4.1 Consolidar o sistema informático de gestão documental; 4.2 Racionalizar recursos (humanos e financeiros) através da partilha de serviços com o Instituto; 4.3 Consolidar o sistema de controlo eletrónico de assiduidade; 4.4 Racionalizar custos; 4.5 Aperfeiçoar o sistema de gestão integrada das unidades alimentares; 4.6 Melhorar o sistema de marcação de refeições; 4.7 Desenvolver simulacros de incêndio nas residências de estudantes.</p>
<p>5. Implementar um Sistema de Garantia da Qualidade</p>	<p>5.1 Concretizar a implementação nos SAS do sistema de gestão de qualidade, no âmbito do projeto em desenvolvimento no Instituto; 5.2 Garantir a qualidade de processos e procedimentos.</p>
<p>6. Formar os recursos humanos</p>	<p>6.1 Desenvolver um plano de formação dos colaboradores dos SASIPSantarém; 6.2 Cumprir rigorosamente o SIADAP.</p>
<p>7. Racionalizar custos</p>	<p>4.1 Desenvolver atividades no sentido de reduzir custos de funcionamento das unidades residenciais e alimentares.</p>
<p>8. Captar receita</p>	<p>8.1 Incrementar o desenvolvimento de atividades para aumentar as receitas próprias.</p>
<p>9. Conservar os edifícios e os equipamentos</p>	<p>9.1 Melhorar e conservar os edifícios existentes; 9.2 Assegurar a manutenção dos equipamentos, mobiliário e viaturas.</p>

5. INDICADORES DE ATIVIDADE DO GRUPO

5.1. Instituto Politécnico de Santarém

De entre os eixos estratégicos enunciados destacam-se os objetivos e atividades desenvolvidas nos eixos estratégicos, melhoria do serviço prestado aos alunos, reforço das atividades de investigação e desenvolvimento e estímulo à mobilidade e à internacionalização. Como já foi referido na introdução, uma informação mais completa e detalhada pode ser consultada no Relatório de Atividades de 2016 do Instituto Politécnico de Santarém.

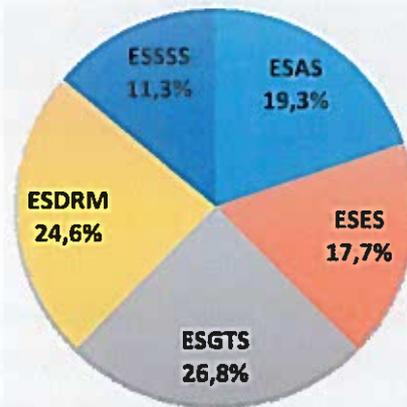
Ensino - Estudantes e colocações

Em resultado de todas as dinâmicas levadas a efeito, relativas aos vários tipos de cursos, conferentes e não conferentes de grau, o IPSantarém, no ano letivo 2015/2016 e no ano letivo de 2016/2017, contou, respetivamente, com 3725 alunos e 3699, repartidos pelas suas diferentes Escolas.

Estes números representam um ligeiro acréscimo relativamente ao ano letivo de 2014/2015, verificando-se uma inversão da tendência continuada de perda de alunos, observada nos últimos anos. No quadro seguinte apresenta-se a desagregação dos dados por cada uma das unidades orgânicas.

Número Global de Alunos						
Escolas	2011/2012	2012/13	2013/14	2014/15	2015/2016	2016/2017
ESAS	806	830	865	803	740	717
ESES	872	858	757	702	676	656
ESGTS	1196	1121	902	886	917	995
ESDRM	755	772	765	788	878	910
ESSS	440	478	501	496	514	421
Total	4069	4059	3790	3675	3725	3699

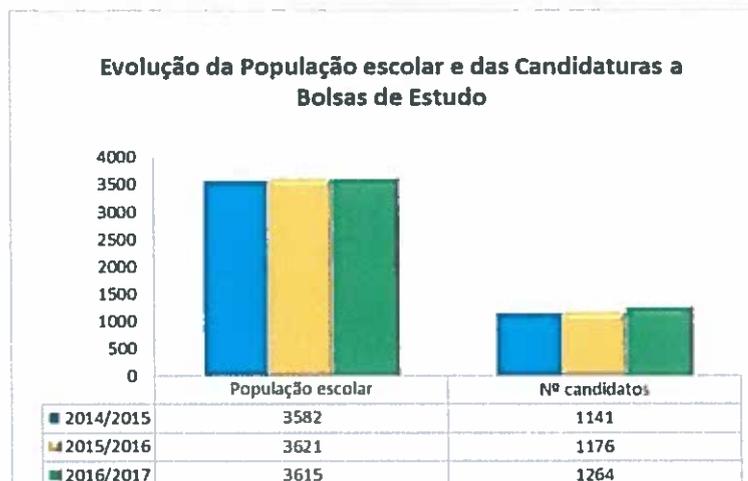
**Número Global de Alunos
2016/2017
Peso das Escolas**



5.2. Serviços de Ação Social – Atividades

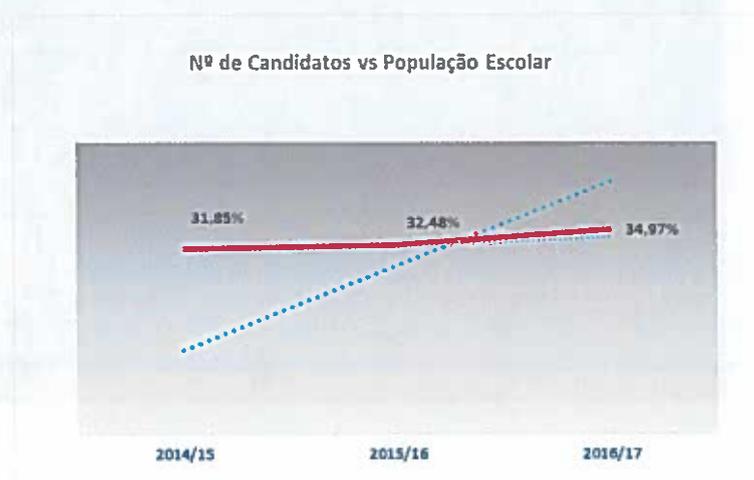
Bolsas de Estudo

A evolução da população escolar elegível para efeitos de atribuição de apoios sociais diretos, bolsas de estudo, (1.º ciclo – cursos de licenciatura, 2.º ciclo - cursos de mestrado e Cursos de Técnicos Superiores Profissionais – TeSP's e o número de candidatos, nos últimos três anos letivos foi a seguinte:

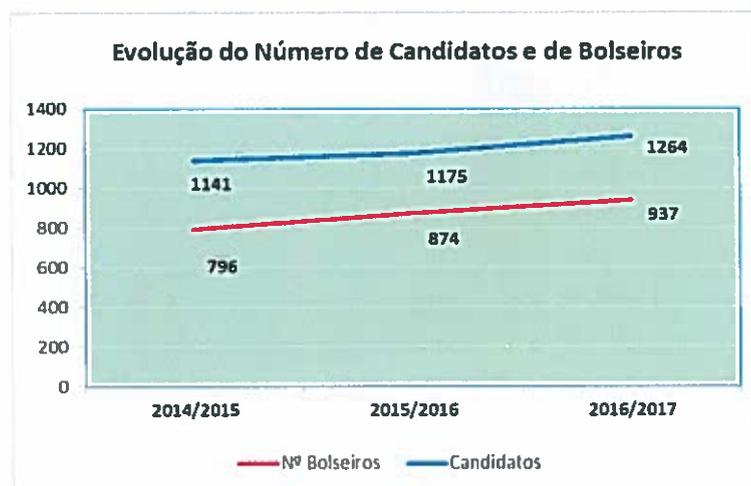


A população escolar do IPSantarém tem vindo a decrescer nos últimos anos letivos.

A taxa de candidatura a bolsas de estudo no IPSantarém, em 2016/17, apurada a 24 de março, antes de encerrado o ano letivo era de 34,97%.

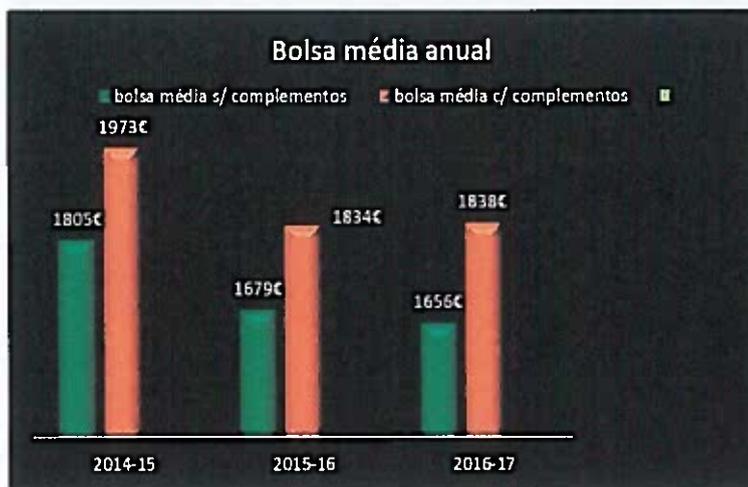


No que diz respeito ao número de bolsas atribuídas, verificou-se também uma evolução mais favorável, como se pode verificar no gráfico seguinte.

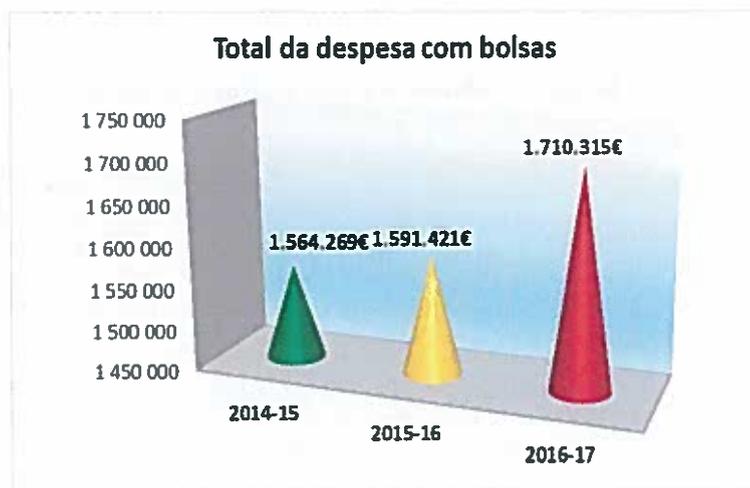


Por sua vez, o valor da bolsa média anual no presente ano letivo de 2016/17 foi ligeiramente inferior ao registado nos anos letivos anteriores. A bolsa média anual, sem complementos, foi de 1.656€ (165,6€/mês), contra 1679€ (167,9€/mês) no ano letivo de 2015/16.

A bolsa média com complementos apresenta uma trajetória diferente, sendo superior no presente ano letivo.

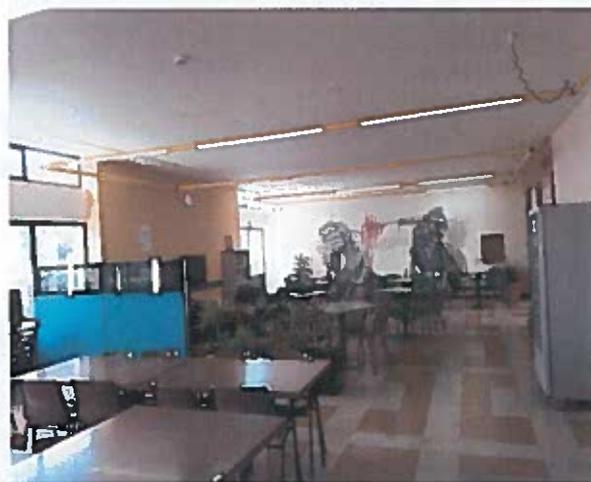


O valor total de bolsas pagas nos últimos três anos letivos está retratado no gráfico seguinte. O montante referente a 2016/2017 corresponde ao valor estimado a pagar, uma vez que o processo ainda não está encerrado.

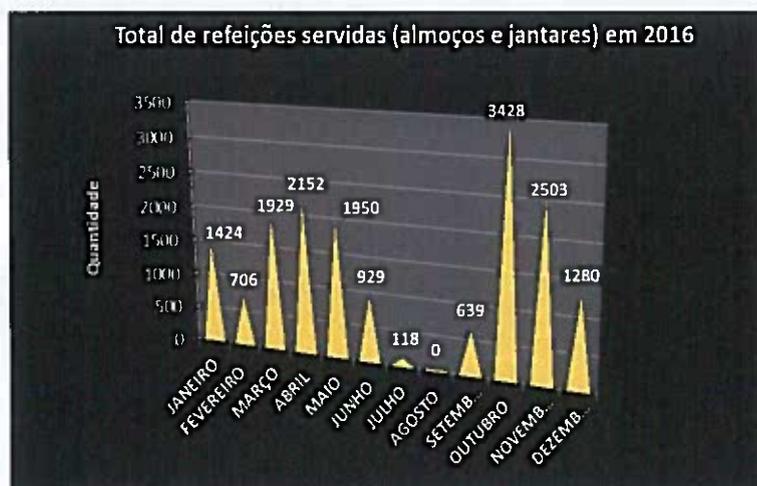


Alimentação

Os SASIP Santarém têm a seu cargo quatro refeitórios (Complexo Andaluz, S. Pedro, Escola Superior de Saúde e Escola Superior de Desporto de Rio Maior) e cinco *snack-bars* (na Escola Superior Agrária, na de Educação, na de Gestão e Tecnologia, na de Saúde e na de Desporto de Rio Maior). O fornecimento de refeições está adjudicado a uma empresa privada, na sequência de procedimento de consulta às empresas qualificadas no Acordo-Quadro para fornecimento de refeições confeccionadas e prestação de serviços associados na Região Alentejo, desenvolvido pela ESPAP.



A distribuição mensal do número de refeições servidas consta do quadro seguinte.



O número de refeições servidas em cada um dos refeitórios nos últimos três anos foi o seguinte:

Refeitório	2014	2015	2016
Andaluz	7.849	7.275	6.458
S. Pedro	4.590	1.696	2.041
Escola de Saúde	2.500	1.084	1.612
Escola de Desporto	8.509	6.358	6.947
TOTAL	23.448	16.413	17.058

Alojamento

Os SASIPSantarém têm a seu cargo três residências de estudantes, uma sita no Complexo Andaluz, com 153 camas e outra em S. Pedro (no *campus* da Escola Superior Agrária de Santarém) com 103 camas.



A terceira residência de estudantes, denominada de Pedro Álvares Cabral, situada no Centro Histórico de Santarém, tem capacidade para 25 camas.

A taxa de ocupação das residências de estudantes, em dezembro de 2016, encontra-se expressa no quadro a seguir apresentado

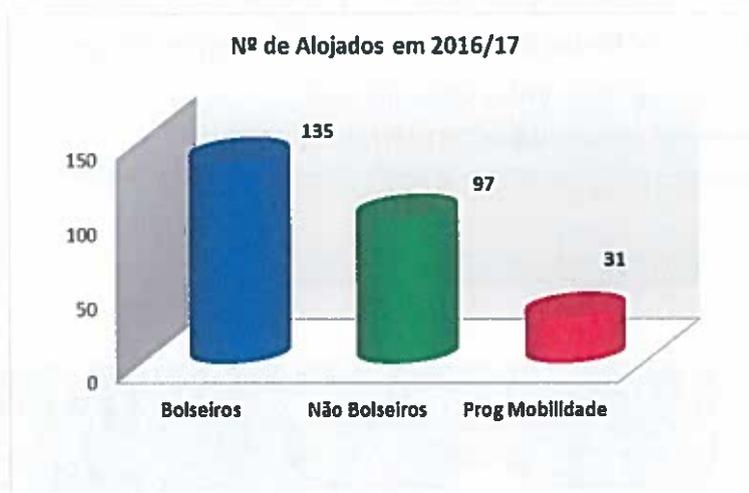
TAXAS DE OCUPAÇÃO DAS RESIDÊNCIAS

Residência	Tipo de Alojamento			Ocupação	
	Ind.	Duplo	Total camas	Camas	%
ANDALUZ	43	55	153	148	97
S. PEDRO	25	39	103	96	93
PEDRO Á. CABRAL	1	12	25	19	76
TOTAL	69	106	281	263	94

Como se depreende do quadro anterior, as residências de estudantes têm uma boa taxa de ocupação. No mês de agosto estão encerradas para manutenção.

Relativamente aos residentes, pode-se constatar que as residências de estudantes são ocupadas, maioritariamente, por estudantes do sexo feminino.

No ano de 2016 a taxa de ocupação dos estudantes não bolseiros foi bastante significativa, aproximando-se dos bolseiros, como se pode verificar no gráfico seguinte.



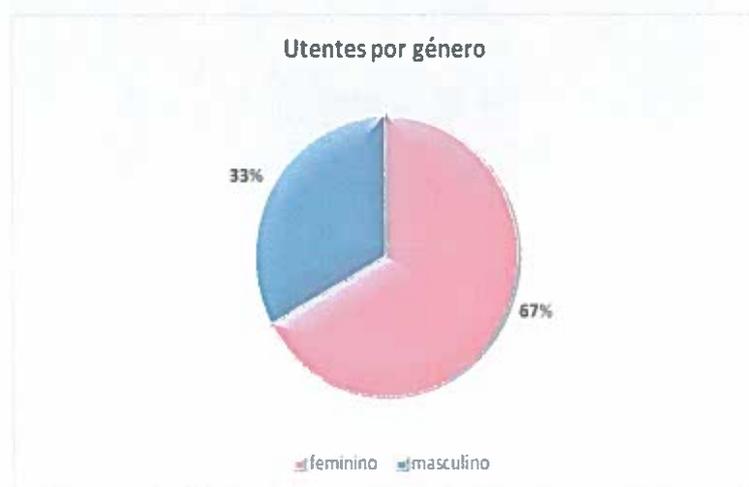
Serviços de saúde

Os SASIPSantarém garantem aos estudantes do Instituto Politécnico de Santarém o acesso a cuidados de saúde através de protocolo de cooperação celebrado com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, que permite o acesso preferencial dos estudantes das escolas superiores do Instituto a cuidados de saúde primários nas Unidades de Saúde Familiares de Santarém e de Rio Maior.

Existe também um protocolo com o Instituto Português da Juventude, que permite aos estudantes o acesso a consultas nas áreas da Saúde e Sexualidade juvenil, Psicologia clínica/consumos e Nutrição. No âmbito do projeto “ Ganhar uma Juventude com Saúde” funciona nos SASIPSantarém o Gabinete de Acompanhamento Psicopedagógico (GAPP) que tem como objetivos apoiar os estudantes na condução do seu projeto de formação, refletir sobre estratégias de gestão de stress e ansiedade e desenvolver estratégias para melhorar o desempenho.

O número de atendimentos no ano letivo 2015/16 foi de 496.

A estrutura do atendimento está refletida no gráfico seguinte.



Atividades desportivas

Os objetivos estratégicos para o ano letivo em curso são:

- Promover a prática da atividade desportiva na Comunidade Académica (alunos, docentes e não docentes) do IPSantarém;
- Apoiar o Associativismo Desportivo e Cultural;
- Gerir adequadamente as Instalações Desportivas e coordenar a organização técnica das atividades Desportivas.

Os SASIPSantarém oferecem, no ginásio de fitness, várias modalidades aos elementos da comunidade académica e aos utentes externos.

Atualmente estão a funcionar as seguintes modalidades: *Cardiofitness, Musculação, Cycling, Step, Total Conditioning, Hip Hop, Combat, Pilates e Circuit Training, "Zumba"* e Badminton indoor.

O número de utentes em atividade regular e registados no ginásio tem tido um incremento notável.

A proveniência dos utentes do ginásio é a seguinte:

	2014/2015	2015/2016	2016/2017
Estudantes	64%	62 %	50%
Docentes/Não Docentes	7%	10 %	24%
Externos	29%	28 %	26%

GINÁSIO DOS SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL DO IPSANTARÉM

CAMPUS DA ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA

Há decisões fáceis de tomar...
Pratique desporto no IPSantarém!



	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
12h30 13h30					
17h00	Cardiofitness & Musculação				
18h45 19h30	Zumba	Cycling / AB1	Pilates	Step / Local	Jump / Local
19h30 21h00	Cardiofitness & Musculação				





...E, AINDA, BADMINTON INDOOR

Preço	Estudantes	Funcionários	Outros
Anual	120,00 €	140,00 €	200,00 €
Mensal	10,00 €	11,67 €	16,67 €

Mais informações em www.sas.ipsantarém.pt ou Telem: 964430262 (Prof. Miguel da Silva) - Ano letivo 2016-17

Para além destas atividades funcionam ainda o Clube de Karaté, no ginásio da Escola Superior de Gestão, Complexo Andaluz, e o Clube de Ténis, no Polidesportivo Andaluz.

Fundo Social para Bolsas de Colaboração (FSBC)

O Conselho de Ação Social do Instituto Politécnico de Santarém, atento à evolução das necessidades da comunidade estudantil e à conjuntura económica e social que o país vive, fase particularmente difícil para as famílias portuguesas, com diminuição de rendimentos que fragilizam a sua capacidade de fazer face aos custos com a frequência escolar dos seus elementos, em particular no ensino superior, considera que é responsabilidade do Instituto, enquanto instituição pública dedicada à formação, à difusão do conhecimento e à promoção da cidadania, desenvolver iniciativas que permitam aos estudantes mais carenciados prosseguir os seus estudos de nível superior.

Considera-se também fundamental assegurar que nenhum estudante abandona os estudos devido a dificuldades financeiras e económicas.

Foi assim criada uma tipologia de apoios sociais (diretos e indiretos), que assenta num contrato de cidadania ativa, onde o estudante se compromete a colaborar em ações/atividades definidas especificamente para esse efeito, no Instituto e suas unidades orgânicas e funcionais, compatíveis com as suas competências e disponibilidades.

Pretende-se responder, deste modo, a carências identificadas que não são totalmente ultrapassadas pelos tradicionais formatos de apoio social, atribuindo apoios financeiros aos estudantes em situação de dificuldade financeira para fazer face aos custos com a educação e à sua subsistência e contribuir para o seu desenvolvimento integral.

Enquadramento legal e institucional

Esta modalidade de apoio social inovadora orientada para os estudantes, o Fundo Social para Bolsas de Colaboração, tem por base as melhores práticas nacionais e internacionais nesta matéria e enquadra-se no disposto nos números 1 e 2 do artigo 11.º Decreto-Lei n.º 129/93, de 22 de abril, e nos termos do artigo 24.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro (RJIES).

O financiamento do FSCB do Instituto Politécnico de Santarém provém de receitas próprias do orçamento do Instituto, designadamente das propinas e do orçamento de receitas próprias dos Serviços de Ação Social, sendo o seu montante definido e aprovado anualmente pelo Conselho de Gestão do Instituto.

O FSBC operacionaliza-se através da concessão de uma bolsa mensal, atribuída pelos Serviços de Ação Social ou pela entidade promotora da bolsa, a qual tem como principal objetivo promover a igualdade de oportunidades no sucesso escolar, nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 129/93, de 22 de abril e no âmbito da responsabilidade social do Instituto Politécnico de Santarém.

Pretende-se, deste modo:

Apoiar os estudantes que apresentem carências económicas e que estão empenhados em concluir o curso. Têm como objetivos:

- a) Combater o abandono escolar;
- b) Promover o sucesso escolar;
- c) Contribuir para a consolidação do percurso escolar e estímulo do reforço à qualificação académica e profissional dos estudantes;

- d) Incentivar os estudantes a participar na vida ativa em condições associadas ao desenvolvimento da atividade académica;
- e) Contribuir para o desenvolvimento de competências transversais dos estudantes;
- f) Facilitar a integração dos estudantes no mercado de trabalho;
- g) Promover a integração social e académica dos estudantes;
- h) Desenvolver nos estudantes uma cultura de voluntariado;
- i) Reforçar a ligação do IPSantarém com os seus estudantes.

A bolsa é uma recompensa, pecuniária ou em espécie, atribuída aos estudantes, pela sua participação voluntária em atividades de reconhecida relevância para a instituição.

Número de bolsas atribuídas no ano letivo 2015/16

Unidade Orgânica	Propostas/Aprovadas	Atribuídas
Escola Superior Agrária - ESAS	6	6
Escola Superior de Desporto - ESDRM	5	5
Escola Superior de Educação - ESES	10	10
Serviços Centrais do Instituto – SC-IPSantarém	8	4
Serviços de Ação Social - SASIP Santarém	2	2
TOTAL	31	27

A despesa total com bolsas de colaboração foi de 8.637€.

A despesa por unidade orgânica, consta do gráfico seguinte.



6. RECURSOS HUMANOS

Pessoal Docente

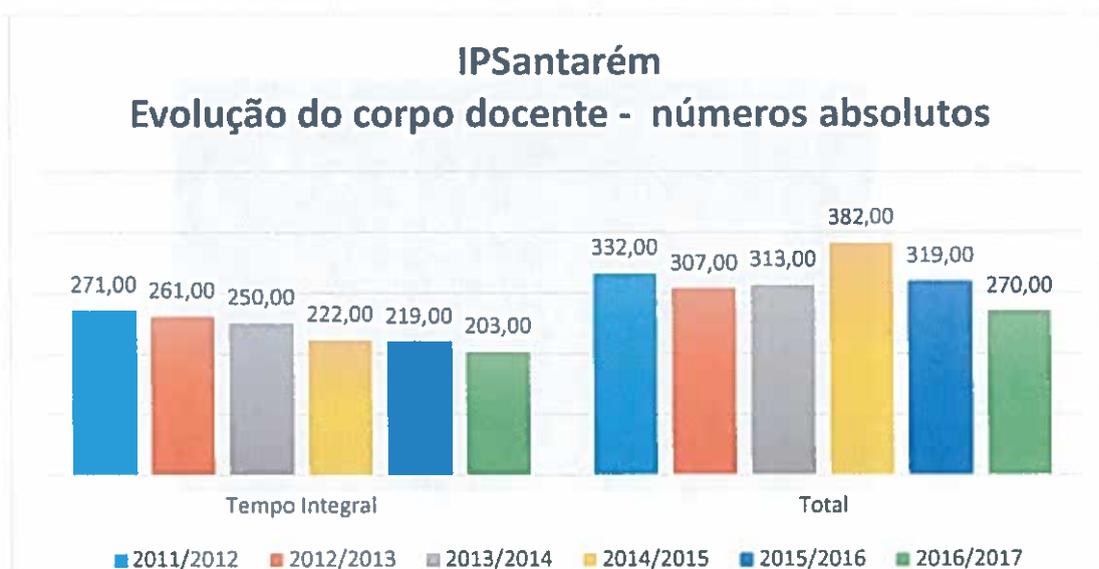
No ano letivo de 2016/2017 (tendo como referência 31 de dezembro 2016), o corpo docente do IPSantarém integrava em números absolutos **270 docentes** (incluindo 1 Presidente do Instituto e 2 Vice-presidentes, 5 diretores e 5 subdiretores) a que correspondem 227,68 ETIS.

Distribuição Pessoal Docente (ETI) 31/12/2016

Categorias/Pessoal Docente	UNIDADES ORGÂNICAS (ETI)						TOTAL
	SC	ESAS	ESES	ESDRM	ESGTS	ESSS	
Prof. Coordenador Principal	1	0	2	1	0	0	4
Professor Coordenador	1	9	3	9	4	6	32
Professor Adjunto	2	29	27	22	35	23	138
SUB-TOTAL (1)	4	38	32	32	39	29	174
Assistente 2º Triénio	0	0	0	0	0	0	0
Assistente	0	0	6	1	1	2	10
Equipa. Prof. Coordenador	0	0	0	0	0	0	0
Equiparado a Prof. Adjunto	0	0	0	3	4	0	7
Equiparado a Assistente	0	1	1	0	1	0	3
Prof. Coordenador Convidado	0	0	0	0	0	0	0
Prof. Adjunto Convidado	0,4	4	3,07	5,4	1,84	1,6	16,31
Assistente Convidado	0	0,4	4,45	9,88	2,44	0,2	17,37
Monitor	0	0	0	0	0	0	0
SUB-TOTAL (2)	0,4	5,4	14,52	19,28	10,28	3,8	53,68
(ST 1+2) = TOTAL	4,4	43,4	46,52	51,28	49,28	32,8	227,68

Fonte – Balanço Social IPSantarém e SIOE – 31 de dezembro de 2016.

Em números absolutos a evolução registada nos últimos anos é a seguinte:



Fonte - Rebides até 2015. A fonte para os dados relativos ao ano letivo de 2016/2017 foi o Balanço Social IPSantarém de 31 de dezembro 2016.

Caracterização corpo docente, em termos de dotação global, vínculo, nível etário e qualificação

Em 31/12/2016 faziam parte do corpo docente do Instituto Politécnico de Santarém 270 docentes, sendo 141 do sexo masculino e 129 do sexo feminino. Neste universo, 187 docentes tinham como relação jurídica um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, 82 docentes tinham um contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo e 1 possuía um contrato de trabalho em funções públicas a termo incerto.

Verifica-se, assim, que cerca de 70% dos docentes detinha uma relação jurídica estável (contrato por tempo indeterminado), enquanto que aproximadamente 30% dos docentes possuía um contrato a termo que, consubstanciando, embora, uma relação jurídica sem estabilidade, enquadra-se no estrito cumprimento do estatuído no artigo 30.º, números 1 e 3, do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico.

No entanto, o conjunto dos contratos a termo certo engloba ainda 10 docentes que se encontram no regime transitório ao abrigo do Decreto-Lei n.º 45/2016, de 17 de agosto, pelo que, a concretizarem-se as respetivas transições, as situações estáveis de contrato por tempo indeterminado aumentarão, passando o peso relativo atrás mencionado de 70% e 30% respetivamente para cerca de 73% e 27%, sempre dentro das balizas impostas por lei.

A distribuição do corpo docente por escalão etário, na data de referência, era a seguinte:

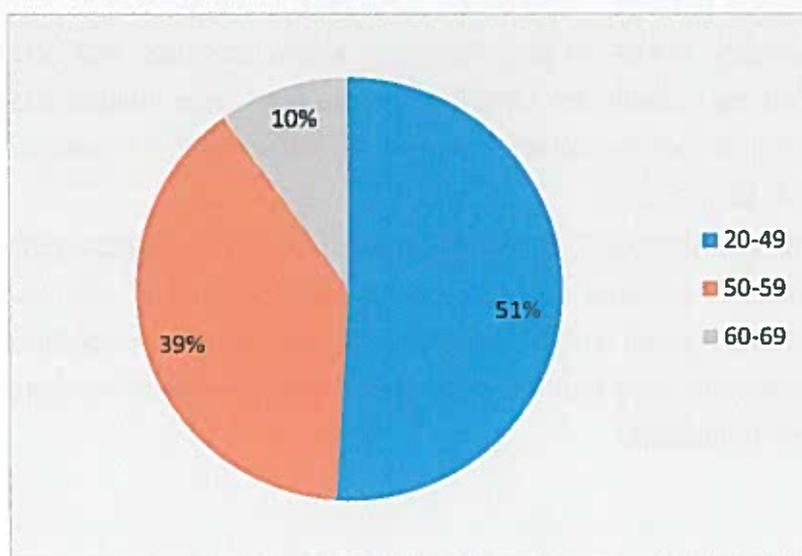
Escalão etário											
Docentes	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70+
Masculinos	2,00	6,00	7,00	14,00	21,00	26,00	23,00	26,00	12,00	1,00	0,00
Femininos	2,00	0,00	5,00	12,00	17,00	25,00	27,00	30,00	11,00	3,00	0,00
Total	4,00	6,00	12,00	26,00	38,00	51,00	50,00	56,00	23,00	4,00	0,00

Fonte – Balanço Social do IPSantarém 2016

Fazendo uma agregação em apenas três escalões constata-se:

- O escalão etário dos (20-49) engloba 51% dos docentes (137);
- O escalão etário dos (50-59) engloba 39% dos docentes (106);
- O escalão etário dos (60-69) engloba (10%) dos docentes (27).

Perspetiva de Envelhecimento Pessoal Docente



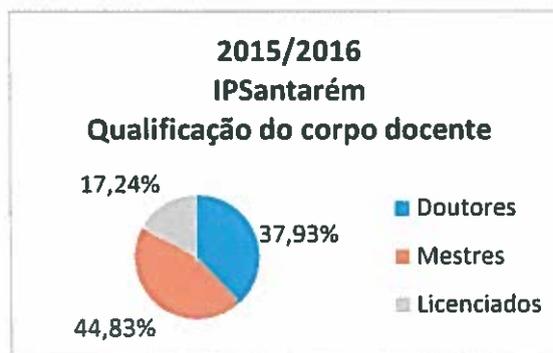
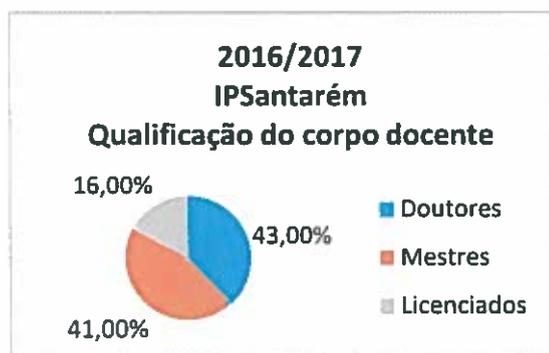
Tendo em consideração uma perspetiva de planeamento a longo prazo, a dez anos, estima-se que, em 2027, cerca de 30% dos docentes ou já se terá reformado ou estará em condições de se reformar, pelo que o corpo docente apresenta um razoável nível de envelhecimento.

No que respeita ao nível de qualificação académica verifica-se que, em 31-12-2016, 43% dos docentes (117) estavam habilitados com o doutoramento; 41% dos docentes (110) detinham mestrado e 16% dos docentes (43) eram licenciados.

Nível Qualificação Académica

Docentes	Masculino	Feminino	Totais
Licenciatura	26,00	17,00	43,00
Mestrado	59,00	51,00	110,00
Doutoramento	56,00	61,00	117,00
Total	141,00	129,00	270,00

Fonte – Balanço Social do IPSantarém 2016



Se considerarmos os requisitos exigidos na alínea b) do n.º 1 do art.º 49.º do RJIES (*o corpo docente das instituições de ensino Superior deve dispor de 1 docente doutorado ou detentor do título de especialista por cada 30 estudantes*) e tendo como referência os 3699 alunos inscritos no Raides, a 31 de dezembro de 2016, verifica-se que o número de estudantes por docente doutorado e ou detentor do título de especialista (atribuído nos termos do D.L. n.º 206/2009, de 31 de agosto) corresponde a cerca de 23, pelo que é claramente alcançado o objetivo exigido pelo RJIES.

Acresce que o conjunto de doutores e detentores do título de especialista (D.L. n.º 206/2009), no Instituto Politécnico de Santarém, sem sobreposição, atinge 58,5% da totalidade do pessoal docente, observando-se, de igual modo, o previsto na alínea c) do n.º 1 do citado artigo do RJIES, onde são exigidos 50% (15%+35%).

Finalmente, também em termos de categorias dos docentes de carreira, o Instituto observa claramente os limites legais, dispondo de cerca de 18% de professores coordenadores e 2,2% de coordenadores principais na carreira (cumprindo assim os limites previstos nos números 4 e 5 do artigo 30.º do ECPDESP).

Pessoal Não Docente

Relativamente ao pessoal não docente, existem na totalidade 178 funcionários, sendo 155 do IPSantarém e 23 dos Serviços de Ação Social. Destes 12 são dirigentes.

A sua repartição pelas Unidades é a seguinte:

Distribuição Pessoal Não Docente 31/12/2016

Categorias- Pessoal Não Docente	UNIDADES ORGÂNICAS							TOTAL
	SC	ESAS	ESES	ESDRM	ESGTS	ESSS	SAS-IPS	
Dirigente Superior 1.º Grau	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dirigente Superior 2.º Grau	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	2,00
Dirigente Intermédio 1.º Grau	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	6,00
Dirigente Intermédio 3.º Grau	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	5,00
Sub-total (1)	6,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	2,00	13,00
Técnico Superior	16,00	12,00	7,00	5,00	6,00	4,00	5,00	55,00
Informático	5,00	2,00	2,00	1,00	3,00	1,00	1,00	15,00
Assistente Técnico	11,00	15,00	4,00	8,00	3,00	6,00	2,00	49,00
Assistente Operacional	4,00	16,00	3,00	2,00	3,00	5,00	13,00	45,00
Sub-total (2)	36,00	45,00	16,00	16,00	15,00	16,00	21,00	165,00
Total	42,00	46,00	17,00	17,00	16,00	17,00	23,00	178,00

Fonte – Serviço RH das Unidades Orgânicas e dos SC / SIOE (Data de referência 31 de dezembro de 2016)

Nota: Nos Serviços Centrais nos Dirigentes Superiores apenas foi incluído o Administrador.

Pessoal Não Docente – Distribuição Etária

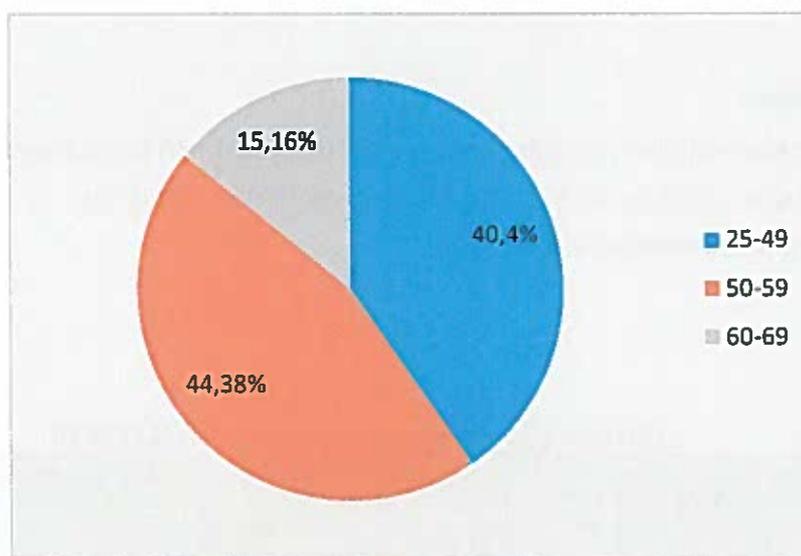
Escalão Etário	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	Totais
Sexo Masculino	0,00	1,00	6,00	4,00	8,00	12,00	14,00	6,00	0,00	51,00
Sexo Feminino	2,00	3,00	12,00	22,00	14,00	31,00	22,00	14,00	7,00	127,00
Total	2,00	4,00	18,00	26,00	22,00	43,00	36,00	20,00	7,00	178,00

Fonte – Balanço Social do IPSantarém 2016

Fazendo uma agregação em apenas três escalões constata-se:

- O escalão etário dos (25-49) engloba 40,4% dos não docentes (72);
- O escalão etário dos (50-59) engloba 44,38% dos não docentes (79);
- O escalão etário dos (60-69) engloba (15,16%) dos não docentes (27).

Perspetiva de Envelhecimento Pessoal Não Docente



Tendo em consideração uma perspetiva de planeamento a longo prazo, a dez anos, estima-se que, em 2027, cerca de 40% dos não docentes ou já se terá reformado ou estará em condições de se reformar, pelo que o corpo não docente apresenta, igualmente, um razoável nível de envelhecimento.

Nível Qualificação Académica

Não Docentes	M	F	Total
4.ª Classe	6,00	10,00	16,00
6.º ao 9.º ano	10,00	19,00	29,00
11.º ao 12.º ano	12,00	31,00	43,00
Bacharelato/curso médio	1,00	5,00	6,00
Licenciatura	17,00	50,00	67,00
Mestrado	7,00	9,00	16,00
Doutoramento	1,00	0,00	1,00
Total	54,00	124,00	178,00

Fonte – Balanço Social do IPSantarém 2016

No que respeita ao nível de qualificação académica verifica-se que, em 31-12-2016, 47% dos não docentes estavam habilitados com um curso superior; 24% dos não docentes detinham o 11.º/12.º ano e cerca de 25% possuía habilitações inferiores ao 12.º ano.

7. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

7.1. Recursos Financeiros

No ano económico de 2016 a execução financeira do orçamento privativo do Instituto Politécnico de Santarém (relativo aos Serviços Centrais, ESAS, ESES, ESGTS, ESDRM e ESSS) integrou três grandes grupos de fontes de financiamento:

- As transferências do Orçamento do Estado (FF311) e respetivos saldos (FF313);
- As Receitas Próprias – Auto Financiamento (FF510);
- As receitas relativas a outras fontes onde se incluem as verbas provenientes de projetos e cujo financiamento teve diversas proveniências, em função das entidades gestoras que aprovaram as candidaturas e que neste relatório se identificam como (Outras Fontes de Financiamento), e que a seguir se discriminam:
 - FF 319 – Transferências de Receitas Gerais entre organismos – DGE- Direção Geral de Educação, SFA –FCT e IFAP;
 - FF 358 - Saldos de RG afetas a projetos cofinanciados;
 - FF 359 – Transferências de RG afetas a projetos cofinanciados entre organismos correntes – IFAP;
 - FF 412 – União Europeia – Instituições;
 - FF 413 – Agência Desenvolvimento /Coesão;
 - FF 417 – FEDER – PO Regional – Alentejo;
 - FF 452 – FEADER – União Europeia – Instituições;
 - FF 462 - FEAGA - União Europeia - instituições;
 - FF 480 – Outros (SFA – Instituto Politécnico de Castelo Branco, SFA-Instituto Politécnico de Viseu, União Europeia – Instituições).

A despesa constante destas fontes foi consolidada ao nível dos principais agrupamentos:

- 01.00.00 - Despesas com Pessoal;
- 02.00.00 – Aquisição de Bens e Serviços;
- 04.00.00 - Transferências Correntes;
- 06.00.00 - Outras Despesas Correntes;
- 07.00.00 - Aquisição de Bens de Capital.

Com base no mapa de Fluxos de Caixa relativo à gerência de 2016, gerado pela aplicação E-Pública que suporta o sistema de Contabilidade do IPSantarém, elaborou-se o quadro seguinte, que reflete a execução financeira do exercício de 2016, integrando também a execução dos anos de 2014 e 2015 (fonte Fluxos de Caixa relativos às gerências de 2014 e 2015).

Execução Financeira do IPSantarém em 2014/2015/2016

Receitas	2014	2015	2016	Despesas	2014	2015	2016
Saldos Transitados	941 622,75	759 406,04	319 117,68	01 - Despesas c/ pessoal	0	0	0
Cauções Transitadas	151 074,74	151 074,74	32 613,88	Transfer. OE (FF311)	12 934 510,79	13 151 032,36	12 821 840,78
Total	1 092 697,49	910 480,78	351 731,56	Pago. Rec. Pró. (FF510)	2 370 322,81	2 608 440,99	2 967 747,18
				Outras Fontes	374 923,00	9 276,17	557,48
Transf. OE [FF311]	12 984 479,00	13 175 422,00	12 849 463,00	Total 01	15 679 756,60	15 768 749,52	15 789 587,96
Rec. Próp. [FF510]	4 582 452,32	4 448 632,23	4 512 503,10	02 - Aquisição Bens e Serviços	0	0	0
Total	17 566 931,32	17 624 054,23	17 361 966,10	F. Financ. [311]	3 379,07	223,00	20 146,17
				F. Financ. [313]	2 593,98	0	0
				F. Financ. [319]	11 065,69	33 768,94	10 170,01
				F. Financ. [358]	125,91	329,64	0
				F. Financ. [359]	2 681,10	0	0
				F. Financ. [412]	11 663,66	45,80	0
				F. Financ. [413]	0	0	301 904,21
				F. Financ. [417]	171 361,53	182 612,01	162 705,18
				F. Financ. [441]	0	14,29	0
				F. Financ. [442]	26 457,18	12 517,79	0
				F. Financ. [452]	22 576,19	10 381,94	4 815,97
				F. Financ. [462]	18 550,90	14 581,19	0
				F. Financ. [480]	98 030,32	172 826,44	47 394,65
				F. Financ. RP[510]	1 662 708,17	1 580 952,47	1 314 781,34
				F. Financ. RP[520]	0	0	14 407,99
				F. Financ. RP[540]	7 398,33	65 356,77	6 607,05
				F. Financ. RP[910]	0	0	68 635,89
				Total 02	2 038 592,03	2 073 610,28	1 951 568,46
Receitas PIDDAC				03 - Out. Encargos Financeiros (FF 510)	393,83	599,31	627,06
EX-PIDDAC/Inv. Estr.	131 250,00	0,00	0,00	Outras Fontes	0	55,20	23,53
	0,00	0,00	0,00	Total 03	393,83	654,51	650,59
	0,00	0,00	0,00	04 - Transferência Correntes (FF510)	66 557,03	87 420,87	110 229,60
	0,00	0,00	0,00	Transferências Correntes (FF480)	69 223,31	172 066,01	174 459,88
	0,00	0,00	0,00	Transferências Correntes [Outr. Fontes]	2 000,00	39 186,02	30 749,53
Total	131 250,00	0,00	0,00	Total 04	137 780,34	298 672,90	315 439,01
Outras F. de Financ.	738 995,92	716 877,18	1 080 774,74	06 - Out. Despesas Correntes	40 802,91	30 471,84	38 842,89
				Total 06	40 802,91	30 471,84	38 842,89
Total	738 995,92	716 877,18	1 080 774,74	07 - Aquis. Bens de Capital	722 068,24	609 060,72	220 592,12
				Total 07	722 068,24	609 060,72	220 592,12
				TOTAL DESPESA	18 619 393,95	18 781 219,77	18 316 681,03
				Utilização de Cauções	0	118 460,86	3 469,98
				Saldo de Cauções	151 074,74	32 613,88	29 143,90
				Saldo a Transitar 2015	757 639,64	0	0
				Saldo a Transitar 2016	0	319 117,68	0
				Saldo a Transitar 2017	0	0	445 177,49
				Total Saldos Transitar	910 480,78	351 731,56	474 321,39
TOTAL RECEITA	19 529 874,73	19 251 412,19	18 794 472,40	TOTAL	19 529 874,73	19 251 412,19	18 794 472,40

Execução da Receita

O presente relatório diz respeito à execução financeira do ano económico de 2016, porém, efetuou-se uma análise comparativa em relação aos dois últimos anos (2014 e 2015), anos em que o Instituto deu continuação à implementação das disposições previstas no novo regime jurídico das Instituições de Ensino Superior.

Com a entrada em vigor do novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro e, mercê das alterações do regime de autonomias, a afetação das dotações do Orçamento de Estado deixaram de ser feitas por Unidade Orgânica, com base na fórmula de financiamento prevista na Lei n.º 37/2010, de 18 de janeiro, passando a ser afetadas, quase na sua totalidade, ao pagamento de despesas de pessoal cujo controlo de processamento passou a ser efetuado no setor de Recursos Humanos dos Serviços Centrais deste Instituto.

Em 20 de agosto de 2013, pelo ofício do Secretário de Estado do Ensino Superior número 2226, foi comunicado a este Instituto a dotação inicial do Orçamento de Estado para 2014, no montante global (incluindo SAS) de 11 415 477,00€ (FF 311). Após a dedução das dotações afetadas aos SAS (461 000,00€), foi inscrita na proposta de orçamento a dotação de 10 954 477,00€. Aquando da aprovação pelo Direção-Geral do Orçamento, verificou-se que o montante aprovado foi de 9 980 058,00€, registando uma diminuição de 9% em relação ao comunicado pelo ofício em referência. No quadro seguinte estão indicadas as dotações iniciais atribuídas a este Instituto através do Orçamento de Estado, o que demonstra uma incoerência entre as dotações iniciais atribuídas pela tutela e a execução efetiva representada pelas dotações. Esta situação passou a ser recorrente nos anos seguintes, uma vez que a atribuição das dotações iniciais pela tutela têm vindo a ser manifestamente insuficientes em relação às reais necessidades do Instituto, sendo ao longo do ano corrigidas através de reforços. Esta prática obriga, e por forma a cumprir a regra do equilíbrio orçamental, que os orçamentos à partida, quando são inscritos no SOE, sejam logo deficitários, situação que tem vindo a ser reportada anualmente às diversas tutelas e que mais uma vez se repetiu em 2016.

(Unidade: Euro)

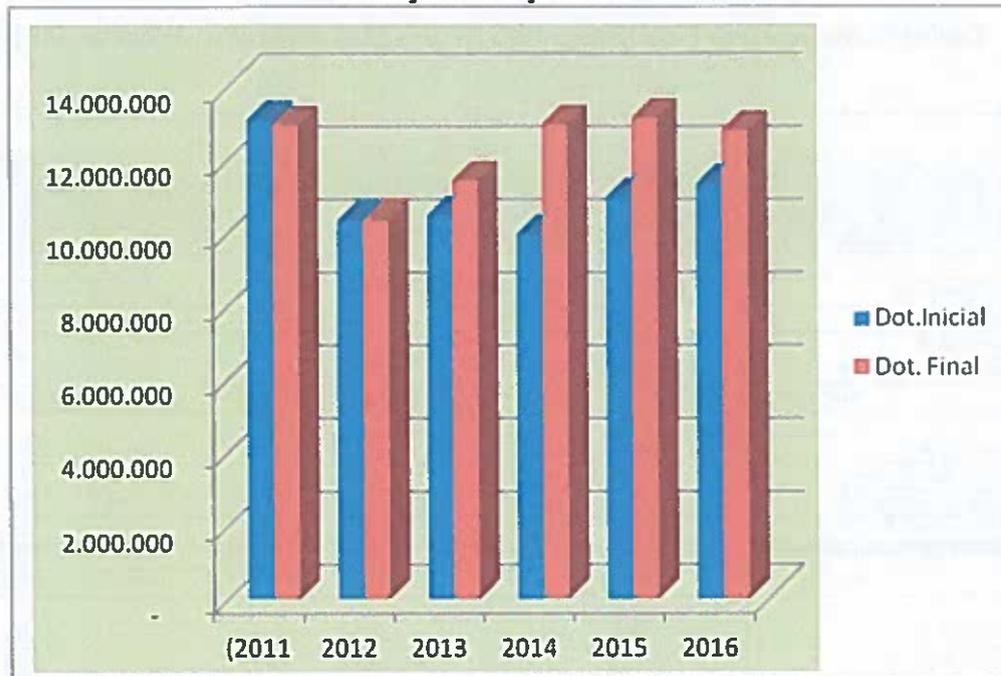
Dotações do Orçamento de Estado 2010 a 2015						
Fonte de Financiamento	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Dotação Inicial FF 311	13 112 549	10 356 173	10 500 691	9 980 058	10 997 311	11 362 273
Dot. Final FF311	12 970 638	10 356 173	11 456 460	12 984 479	13 175 422	12 829 124
Cap. 50 do OE	4 669 832	1 941 500	300 000		150 000	0
Totais	17 640 470	12 297 673	11 756 460,00	12 984 479	13 325 422	12 829 124

a) cativação no OE de 141 908,84 € em 2011

b) cativação no PIDDAC de 250 000,00 € em 2011. c) cativação no PIDDAC de 37 500€ em 2013.

c) Em 2014 a verba 150000 foi atribuída com a designação "Investimentos" (FF 311).

Evolução Dotações OE



No quadro da página anterior inscrevem-se as dotações do OE transferidas, no período de 2011 a 2016, através da fonte de financiamento 311 (OE). Verifica-se, assim, sobretudo a partir de 2013, que as dotações iniciais, têm sido insuficientes, o que tem levado a execuções orçamentais bastante difíceis e com permanentes alertas à tutela para a insuficiência de verbas, que geralmente são repostas no fecho do ano.

Tendo em consideração que o OE dá para fazer face a cerca de 80% da despesa com vencimentos dos trabalhadores deste Instituto, é notória a oscilação das execuções orçamentais, desde 2011, mercê dos cortes e reposições que têm vindo a ser efetuados nos salários dos trabalhadores da administração pública. O financiamento através do capítulo 50.º PIDDAC reflete a cronologia da construção do Edifício de Rio Maior, tendo terminado o financiamento desta fonte, em 2013, com a conclusão do Edifício daquela Escola. Em 2014, foi atribuída uma dotação de 150 000€ destinada a Investimento em Estruturas, que foi consignada à reabilitação do laboratório da ESAS.

Execução da Despesa

Evolução da Despesa Financiada pelo OE (FF 311) e Receitas Próprias (FF 510)

(Unidade: Euro)

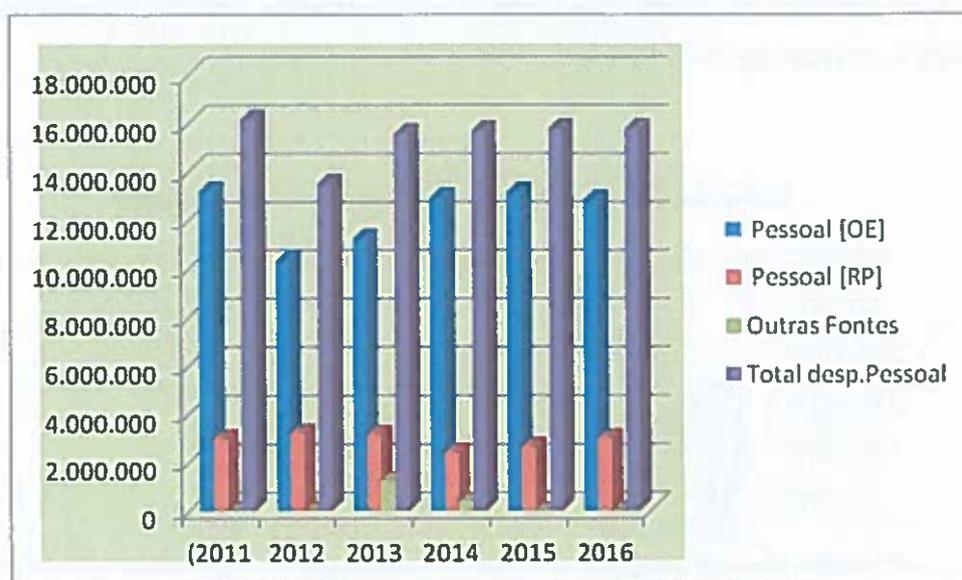
Despesa	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Pessoal [OE]	13 196 415	10 316 384	11 229 750	12 934 511	13 151 032	12 821 840
Bens Serviços[OE]	14 051	14 999	0	3 379	223	20 146
Capital (OE)	0,00	0	0	0	0	0
Transf. Correntes (OE)	6 875	21 325	0	0	0	0
Total [FF311]	13 217 342	10 352 708	11 229 750	12 937 890	13 151 255	12 841 986
Pessoal [RP]	2 957 158	3 185 562	3 119 887	2 370 322	2 608 440	2 967 747
Bens Serviços [RP]	2 186 156	1 655 572	1 602 804	1 663 102	1 580 669	1 314 781
Bens de Capital (RP)	206 464	141 864	525 510	634 634	141 980	97 698
Transf. Correntes (RP)	44 168	26 972	64 690	66 557	87 420	110 229
Outras Des. Correntes (RP)	14 465	22 283	17 372	39 527	30 471	38 842
Total [FF510]	5 408 412	5 032 254	5 330 283	4 774 142	4 448 980	4 529 297
Pessoal	16 153 573	13 501 945	14 349 637	15 304 833	15 759 472	15 789 587
Bens Serviços	2 200 207	1 670 572	1 602 804	1 666 481	1 580 892	1 334 927
Bens de Capital	206 464	141 864	525 510	634 634	141 980	97 698
Transf. Correntes	51 044	48 297	64 690	66 557	87 420	110 229
Outras Des. Correntes	21 341	43 608	17 372	39 527	30 471	38 842
Total (FF311+510)	18 632 629	15 408 287	16 560 013	17 712 032	17 600 235	17 371 283

O quadro anterior apresenta a despesa efetuada nas duas grandes fontes de financiamento deste Instituto, dotações do OE (FF311) e Receitas Próprias (FF 510), que englobam cerca de 95% da receita e despesa deste Instituto.

Em 2016 verifica-se, relativamente aos últimos anos, e sobretudo a 2012, um aumento da despesa de pessoal, mercê da reposição dos cortes dos vencimentos dos trabalhadores aos Administração Pública. Apesar deste aumento de despesa, nestas duas fontes, é notório uma redução da despesa total.

Relativamente a 2011 a redução da despesa de pessoal em 2016, com as reposições concluídas é de aproximadamente 3,25%, passando-se de uma despesa de 16 153 milhões de euros para 15 759 milhões de euros.

Evolução da Despesa de Pessoal por Fonte Financiamento



As despesas com pessoal representaram, em 2016, cerca de 86% da despesa total deste Instituto. As dotações do OE (FF 311) têm vindo, na sua quase totalidade, a ser aplicadas em despesas com pessoal. Verifica-se, assim, que ao longo destes cinco anos, devido às reduções das dotações do OE, e para conseguir assegurar a manutenção dos efetivos necessários à prossecução da missão deste Instituto, parte das despesas de pessoal (15% em 2014, 16,5% em 2015 e 19% em 2016) foram pagas, através de receitas próprias do Instituto RP (FF510). Em 2016 foram utilizados 2 967 milhões de euros (65% das receitas próprias (FF 510) para pagamento de despesas de pessoal.

Despesas Bens e Serviços e Capital

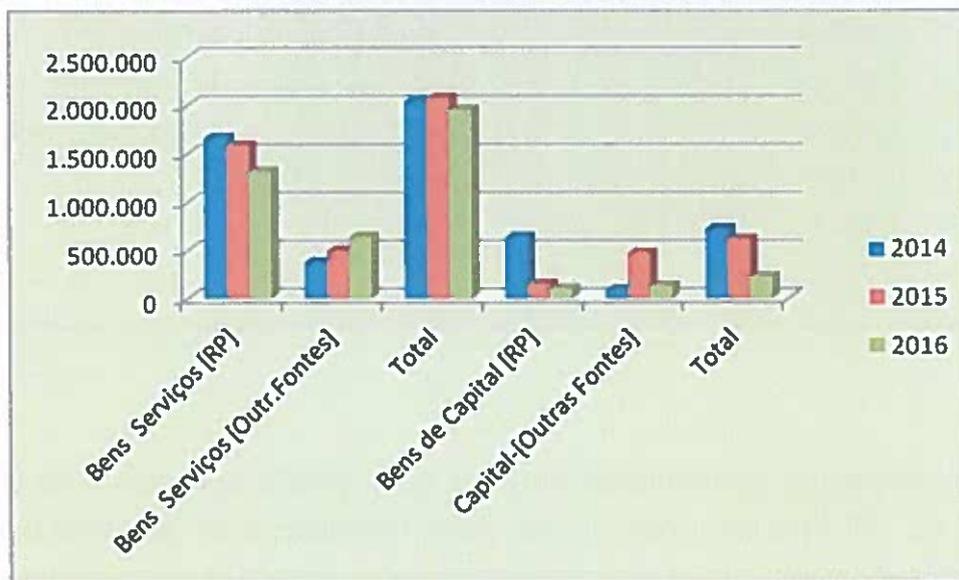
A afetação de receitas próprias a despesas com pessoal levou a um corte nas despesas com aquisição de bens e serviços financiadas por receitas próprias (FF 510) em cerca de 60%, entre 2011 e 2016, passando-se, respetivamente, do montante de 2 200 milhões de euros para 1 334 milhões de euros, conforme se demonstra no quadro respetivo (p. 52).

Despesas Aquisição de Bens e Serviços e Capital

Aquisição Serviços/Capital	2014	2015	2016
Bens Serviços [RP]	1 662,708	1 580,669	1 314,781
Bens Serviços [Outras Fontes]	375,884	492,658	637,787
Total Bens e Serviços	2 038,592	2 073,327	1 952,568
Bens de Capital [RP]	634,634	141,980	97,698
Capital-[Outras Fontes]	87,434	467,080	122,903
Total de Capital	722,068	609,060	220,601

Igualmente as receitas próprias têm vindo a financiar as despesas de capital, constatando-se que a partir de 2014 as despesas de capital têm vindo a ser suportadas, em maior percentagem, por outras fontes relativas a projetos de investigação.

Evolução das Despesas de Funcionamento e Capital



Análise da Evolução das Receitas Próprias

As receitas próprias em 2016 apresentam uma ligeira recuperação de 63 873€, uma vez que nos últimos anos têm vindo a diminuir, exceção para 2013, ano em que mercê de receitas extraordinárias, se verificou um acréscimo de 23% em relação ao ano anterior. Esta diminuição gradual está relacionada com a diminuição da principal fonte de receita própria (as propinas) que, comparativamente entre 2012 e 2016, diminuiu 478 233€, cerca de 12%.

Evolução das Receitas Próprias						
Fonte de Financiamento	Tipo de Receitas	2012	2013	2014	2015	2016
FF510	Propinas	3 877 477	3 630 926	3 483 243	3 298 944	3 399 244
	Taxas e Multas	425 539,20	412 236	353 404	440 298	434 449
	Juros	2 796,53	24 030	14 653	20 386	83 311
	Aluguer de Espaços	84 124,56	64 326	78 722	84 912	75 833
	Livros, Publi. e Impres.	85,00	10	1 970	1 341	1 072
	Estudos e Pareceres	38 248,59	3 468	34 035	26 900	41 545
	Reposições	3 835,68	17 401	56 343	19 149	16 181
	Outras Receitas	443 806,94	1 850 309	560 083	556 700	460 867
	Total da Receita		4 875 913,54	6 002 706	4 582 452	4 448 630

Para uma melhor perceção da composição da receita esta foi desagregada pelas principais rubricas, representando a receita das propinas nos últimos cinco anos, em média, cerca de 73 % da receita total. Esta descida da receita das propinas, para além da diminuição de alunos, revela também, e principalmente a partir de 2012, os efeitos da grande crise económica e social que o país tem vindo a atravessar tendo como reflexo no abandono escolar dos estudantes e o respetivo não pagamento das propinas.

Face ao incumprimento no pagamento de propinas este Instituto teve necessidade de recorrer à cobrança coerciva através da Autoridade Tributária, tendo obtido em 2015 e 2016, os resultados que se indicam nos quadros seguintes:

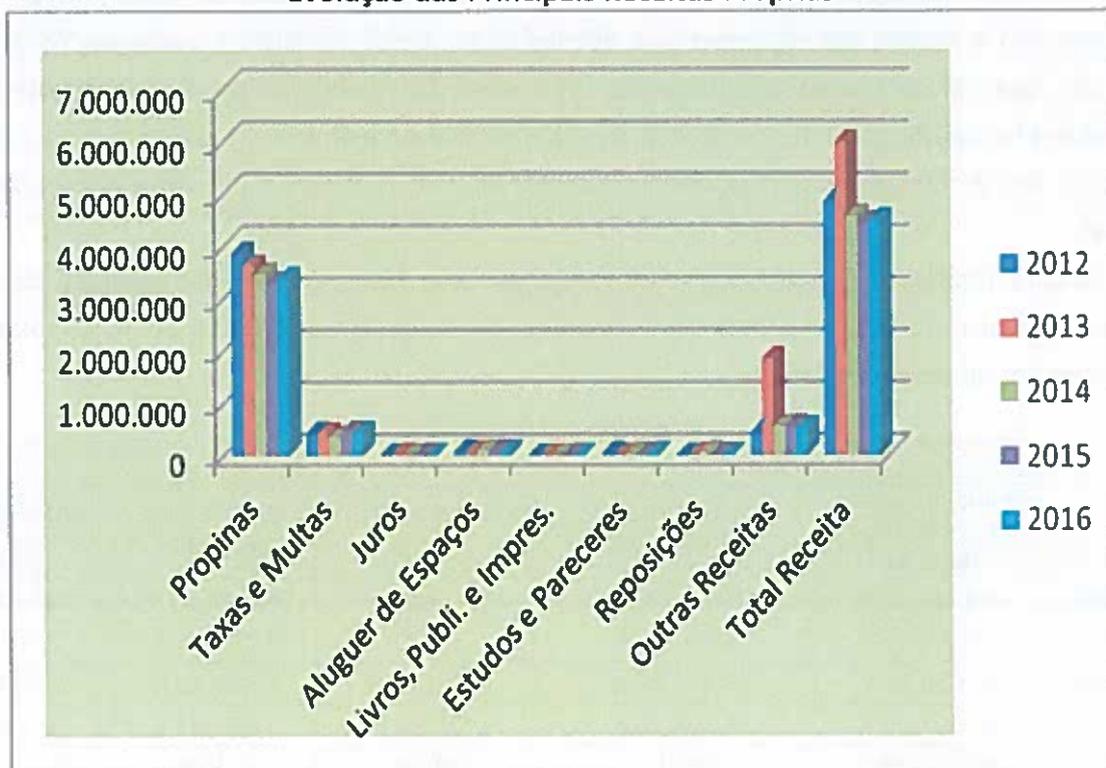
	2015				
	Valor propinas em cobrança pela AT	Valor Recebido Propinas	Valor Recebido Juros	Valor Total Recebido	Valor em dívida final 2015
ESES	144 554,65 €	57 147,18 €	13 166,83 €	70 314,01 €	87 407,47 €
ESAS	34 368,96 €	5 661,15 €	1 532,18 €	7 193,33 €	28 707,81 €
ESDRM	30 638,60 €	3 910,60 €	2 658,85 €	6 569,45 €	26 728,00 €
SAS a)	22 597,28 €	1 198,78 €	126,53 €	1 325,31 €	21 398,50 €
ESGTS	289 829,56 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	289 829,56 €
Total	521 989,05	67 917,71	17 484,39	85 402,10	454 071,34

a) Para além da cobrança de propinas referentes às escolas do IPSantarém, as listagens da AT englobam também a cobrança de certidões de outras dívidas emitidas pelos Serviços de Ação Social (alojamento e reposição de bolsas de estudo).

	2016				
	Valor propinas em cobrança pela AT	Valor Recebido Propinas	Valor Recebido Juros	Valor Total Recebido	Valor em dívida final 2016
ESES	87 407,47 €	26 044,02 €	7 309,08 €	33 353,10 €	61 363,45 €
ESAS	28 707,81 €	7 313,25 €	1 635,04 €	8 948,29 €	21 394,56 €
ESDRM	26 728,00 €	15 043,04 €	9 422,90 €	24 465,94 €	11 684,96 €
SAS a)	21 398,50 €	2 918,82 €	296,51 €	3 215,33 €	18 479,68 €
ESGTS	289 829,56 €	107 947,59 €	49 721,51 €	157 669,10 €	181 881,97 €
Total	454 071,34	159 266,72	68 385,04	227 651,76	294 804,62 €

a) Para além da cobrança de propinas referentes às escolas do IPSantarém, as listagens da AT englobam também a cobrança de certidões de outras dívidas emitidas pelos Serviços de Ação Social (alojamento e reposição de bolsas de estudo).

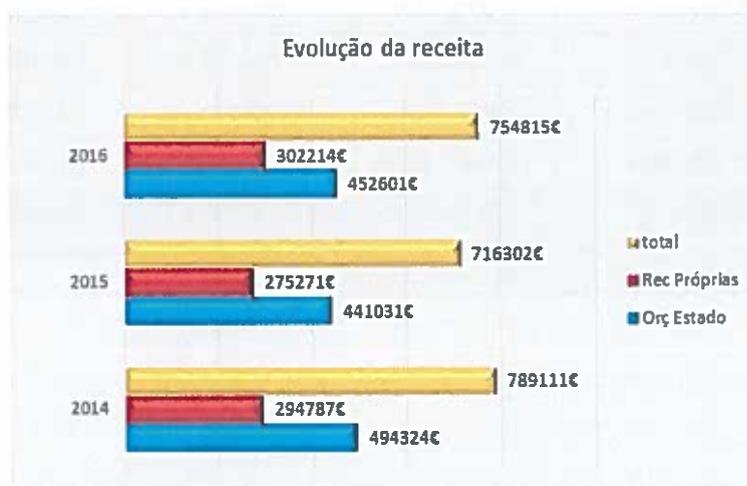
Evolução das Principais Receitas Próprias



A segunda rubrica de receita mais significativa trata-se de Taxas e Multas que decorre, igualmente, da atividade dos setores académicos das cinco Escolas deste Instituto e que ao longo dos cinco anos se tem mantido sem grandes variações. Outras receitas derivam de atividades complementares do IPSantarém, como o aluguer de auditórios, elaboração de estudos e pareceres, etc.

7.2. Serviços de Ação Social

Relativamente à execução orçamental nos SASIPSantarém verifica-se uma trajetória descendente da receita como se verifica pelo gráfico seguinte.



Apresenta-se, agora, uma análise sucinta da evolução financeira dos SASIPSantarém nos anos referidos.

(em euros)

Saldos transitados da gerência anterior	2014	2015	2016
Orçamento de Estado	15 181	17 121	13 955
Receitas Próprias	3 495	44 179	41 647
PIDDAC	39 507	0	0
Subtotal	58 183	61 300	55 602
Orçamento anual	2014	2015	2016
Orçamento de Estado	494 324	441 031	452 601
Receitas Próprias cobradas	294 782	275 271	302 214
PIDDAC	0	0	0
Subtotal	789 106	716 302	754 815
TOTAL	847 289	777 602	810 417

Quanto à despesa verifica-se que maior “fatia” das transferências da Fonte de Financiamento 311 (OE) encontra-se maioritariamente e sistematicamente afeta a despesas com o pessoal. Assim, as outras despesas correntes tiveram de ser, maioritariamente, financiadas pela Fonte de Financiamento 510 – Receitas próprias.

A execução da despesa por setor de atividade é a seguinte:



7.4. Situação Patrimonial e Financeira

7.4.1. Síntese das contas consolidadas

Nesta parte, o relatório de gestão e contas consolidado referente ao exercício de 2016, analisa o desempenho em termos económicos e financeiros.

Apresenta-se de seguida uma síntese do balanço e da demonstração de resultados por entidade incluída na consolidação.

Síntese do balanço por entidade incluída na consolidação						
unidade: euros						
Balanço	IPSant.2016	IPSant.2015	SAS.2016	SAS.2015	Total consolidado 2016	Total consolidado 2015
Ativo Líquido						
Imobilizações Incorpóreas	7 387	7 387	0	0	7 387	7 387
Imobilizações Corpóreas	35 310 819	35 950 459	4 625 291	4 699 877	39 936 110	40 650 336
Investimentos Financeiros	29 007	29 007	0	0	29 007	29 007
Existências	0	0	0	0	0	0
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	2 272 697	2 141 900	33 895	32 813	2 306 592	2 174 713
Dep. Instituições Financeiras e Caixa	474 321	351 732	68 058	102 018	542 379	453 750
Acréscimos e Diferimentos	21 127	12 882	10 611	9 733	31 738	22 616
Total do Ativo	38 115 359	38 493 367	4 737 855	4 844 442	42 853 213	43 337 809
Fundos Próprios e Passivo						
Fundos Próprios	28 430 619	28 430 619	3 650 796	3 650 796	32 081 415	32 081 415
Reservas	0	0	0	0	0	0
Resultados Transitados	5 815 179	7 263 660	1 091 653	1 146 470	6 906 831	8 410 130
Resultado Líquido do Exercício	-620 281	-1 448 481	-122 987	-55 824	-743 269	-1 504 305
Provisões para Riscos e Encargos	0	0	0	0	0	0
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	29 144	32 614	53 388	46 671	82 531	79 285
Acréscimos e Diferimentos	4 460 698	4 214 955	65 005	56 328	4 525 704	4 271 283
Total dos Fundos Próprios e Passivo	38 115 359	38 493 367	4 737 855	4 844 442	42 853 213	43 337 809

Síntese da demonstração de resultados por entidade incluída na consolidação

Demonstração de Resultados	IPSant.2016	IPSant.2015	SAS.2016	SAS.2015	Anulações 2016	Anulações 2015	Total Consolidado 2016	Total Consolidado 2015
Custos e perdas	0	0	0	0	0	0	0	0
Mercadorias	0	0	0	1 173	0	0	0	1 173
Fornecimentos e Serviços Externos	1 964 504	2 052 132	290 991	237 878	1 760	759	2 253 735	2 289 251
Custos com Pessoal	15 769 841	15 641 306	422 106	394 235	0	0	16 191 947	16 035 541
Transferências Correntes	265 077	267 208	50 874	489	21 488	0	294 463	267 697
Amortizações	847 526	901 908	107 766	112 280	0	0	955 291	1 014 188
Provisões	0	872 206	5 922	22 706	0	0	5 922	894 912
Outros Custos Operacionais	20 708	22 266	0	5 084	0	0	20 708	27 351
Custos e Perdas Financeiros	9 346	8 834	2 033	1 905	0	0	11 379	10 738
Custos e Perdas Extraordinários	4 220	1 547 674	1 705	3 608	0	0	5 925	1 551 281
Total Custos e Perdas	18 881 222	21 313 533	881 397	779 358	23 248	759	19 739 371	22 092 131
Proveitos e ganhos								
Vendas e Prestações de Serviços	188 421	315 207	237 154	236 718	1 649	759	423 925	551 166
Impostos e Taxas	3 642 003	4 569 571	1 831	1 400	0	0	3 643 834	4 570 971
Proveitos Suplementares	159 694	138 330	27 627	36 604	1 291	0	186 030	174 934
Transferências Correntes e Outras	14 125 251	14 083 828	482 415	444 765	20 309	0	14 587 358	14 528 593
Outros Proveitos Operacionais	0	0	0	0	0	0	0	0
Proveitos e Ganhos Financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0
Proveitos e ganhos Extraordinários	145 574	758 115	9 383	4 046	0	0	154 956	762 161
Total dos Proveitos e Ganhos	18 260 941	19 865 051	758 410	723 534	23 248	759	18 996 103	20 587 825
Result. Operacionais	-752 288	-650 090	-128 632	-54 358	0	0	-880 920	-704 448
Result. Financeiros	-9 346	-8 834	-2 033	-1 905	0	0	-11 379	-10 738
Result. Extraordinários	141 354	-789 558	7 677	439	0	0	149 031	-789 120
Resultados Líquidos Exercício	-620 281	-1 448 482	-122 987	-55 824	0	0	-743 269	-1 504 306

Balanço consolidado

A análise ao balanço do Grupo IPSantarém à data de 31 de dezembro de 2016, permite concluir que o ativo líquido ascende a 42 853 213€. Está suportado por um património no montante de 32 081 415€ e Fundos Próprios de 38 244 978€, o que representa uma adequada autonomia financeira.

O passivo, constituído essencialmente por acréscimos de custos referentes a remunerações a liquidar e proveitos diferidos, cujo valor global ascende a 4 525 703€, corresponde a cerca de 10,5% do Balanço.

Estrutura do Balanço Consolidado



Estrutura do ativo líquido

O quadro seguinte mostra-nos os valores das várias componentes do ativo líquido no ano de 2016, o seu peso relativo e a sua variação face ao ano de 2015.

O ativo líquido ascendeu a 42 853 213€, o que representa um decréscimo de cerca de 1% em relação a 2015, motivado essencialmente pela diminuição das imobilizações corpóreas. Verifica-se ainda um aumento de dívidas de terceiros e um ligeiro aumento das disponibilidades.

Composição do ativo líquido

Ativo líquido	2016		2015		\ 2016/2015 Valor
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	
Imobilizações Incorpóreas	7 387	0,02%	7 387	0,02%	0
Imobilizações Corpóreas	39 936 110	93,19%	40 650 336	93,80%	-714 226
Investimentos Financeiros	29 007	0,07%	29 007	0,07%	0
Existências	0	0,00%	0	0,00%	0
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	2 306 591	5,38%	2 173 663	5,02%	132 928
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	542 379	1,27%	453 750	1,05%	88 630
Acréscimos e Diferimentos	31 738	0,07%	22 616	0,05%	9 122
TOTAL	42 853 212	100,00%	43 336 759	100,00%	-483 546

Ativo fixo

O ativo fixo integra as imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros. Ascendeu a 39 972 503€ e representa cerca de 93% do ativo. É constituído essencialmente por edifícios e outras construções e equipamento e material básico.

Ativo circulante

O ativo circulante totaliza 2 848 970€ (Dívidas de Terceiros e Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa) correspondente a cerca de 7% do ativo total. Traduz um aumento de 8% relativamente ao ano de 2015, resultado do acréscimo de dívidas de terceiros a curto prazo, reflexo da integração no balanço das dívidas de propinas no início do ano letivo e não no momento em que ocorre o recebimento, procedimento iniciado em 2015.

Estrutura dos fundos próprios e passivo

O quadro seguinte evidencia os valores das várias rubricas dos fundos próprios e passivo, o seu peso relativo e a sua variação face ao ano anterior.

Composição dos fundos próprios e passivos

Fundos próprios e passivos	2016		2015		Δ 2016/2015
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor
Património	32 081 415	74,86%	32 081 415	74,03%	-
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-
Resultados transitados	6 906 831	16,12%	8 410 130	19,41%	- 1 503 299
Resultado líquido do exercício	- 743 269	- 1,73%	1 504 305	- 3,47%	761 037
Total de fundos próprios	38 244 978	89,25%	38 987 240	89,96%	- 742 262
Provisões para riscos e encargos	-	0,00%	-	0,00%	-
Dívidas a terceiros - curto prazo	82 531	0,19%	79 285	0,18%	3 246
Acréscimos e diferimentos	4 525 704	10,56%	4 271 283	9,86%	254 421
Total do passivo	4 608 235	10,75%	4 350 568	10,04%	257 667
TOTAL	42 853 213	100,00%	43 337 808	100,00%	- 484 595

Fundos próprios

Em 2016, os fundos próprios atingiram o montante de 38 244 978€, representando um decréscimo de 2% relativamente ao ano de 2015, devido à transferência do resultado líquido negativo do ano transato.

Passivo

O passivo ascendeu a 4 608 235€, tendo registado um aumento de 257 667€ relativamente a 2015. Esta variação deveu-se essencialmente ao aumento dos acréscimos e diferimentos.

Demonstração de resultados consolidados

O resultado líquido do exercício consolidado do Grupo, em 2016 foi negativo e cifrou-se no montante de -743 269€, verificando-se uma melhoria face ao resultado obtido no ano anterior (-1 504 305€).

Resultados	2016	2015
R. Operacionais	-880 920	-704 447
R. Financeiros	-11 379	-10 738
R. Extraordinários	149 031	-789 120
R. Líquidos	-743 269	-1 504 305

Estrutura de custos e perdas

A evolução da estrutura de custos e perdas consolidadas entre 2016 e 2015 está representada no quadro seguinte. Constata-se que existiu uma diminuição global de custos em 2016, na ordem de 2 352 760€, correspondente a -10,6%. Esta diminuição resulta sobretudo da diminuição dos custos operacionais.

Estrutura de custos e perdas

Custos e Perdas	2016		2015		Δ 2016/2015	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	valor	%
Custo Mercadorias Vend	0	0,00%	1 173	0,01%	-1 173	0,00%
Matérias Consumidas						
Fornecimentos e Serviços Externos	2 253 735	11,42%	2 289 251	10,36%	-35 516	-1,55%
Transferências Correntes Conc e Prestações Sociais	294 463	1,49%	267 697	1,21%	26 766	10,00%
Custos com Pessoal	16 191 947	82,03%	16 035 541	72,58%	156 407	0,98%
Outros Custos e Perdas Operacionais	20 708	0,10%	27 351	0,12%	-6 643	0,00%
Amortizações e Provisões do Exercício	961 213	4,87%	1 909 099	8,64%	-947 886	-49,65%
Total dos Custos Operacionais	19 722 067	99,91%	20 530 112	92,93%	-808 045	-3,94%
Custos e Perdas Financeiros	11 379	0,06%	10 738	0,05%	641	5,97%
Total dos Custos Financeiros	11 379	0,06%	10 738	0,05%	641	5,97%
Custos e Perdas Extraordinárias	5 925	0,03%	1 551 281	7,02%	-1 545 356	-99,62%
Total dos Custos e Perdas Extraordinárias	5 925	0,03%	1 551 281	7,02%	-1 545 356	-99,62%
TOTAL	19 739 371	100,00%	22 092 131	100,00%	-2 352 760	-10,65%

Estrutura de proveitos e ganhos

Estrutura de proveitos e ganhos

Proveitos e ganhos	2016		2015		Δ 2016/2015	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Vendas e prestações de serviços	423 925	2,23%	551 166	2,68%	-127 241	-23,09%
Impostos e taxas	3 643 834	19,18%	4 570 971	22,20%	-927 137	-20,28%
Trabalhos para a própria entidade	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Proveitos suplementares	188 030	0,98%	174 934	0,85%	11 095	6,34%
Transf e subsídios correntes obtidos	14 587 358	78,79%	14 528 594	70,57%	58 764	0,40%
Total dos proveitos operacionais	18 841 147	99,18%	19 825 665	96,30%	-984 518	-4,97%
Proveitos e ganhos financeiros	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Total dos proveitos financeiros	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Proveitos e ganhos extraordinários	154 956	0,82%	762 161	3,70%	-607 205	-79,67%
Total proveitos e ganhos extraordinários	154 956	0,82%	762 161	3,70%	-607 205	-79,67%
TOTAL	18 996 103	100,00%	20 587 826	100,00%	-1 591 723	-7,73%

Os proveitos e ganhos atingiram um montante global de 18 996 103€, o que representa uma diminuição na ordem de 1 591 723€, correspondente a 7,73% em termos relativos.

Esta variação explica-se pela diminuição das receitas de taxas, e proveitos e ganhos extraordinários.

8. CONCLUSÃO

Analisada a situação orçamental e económico-financeira do Grupo IPSantarém em 2016, torna-se importante realçar os seguintes aspetos:

- Esforço desenvolvido na racionalização e contenção da despesa;
- Desenvolvimento de estratégias para aumento das receitas próprias;
- Cumprimento rigoroso dos orçamentos, da regra do equilíbrio orçamental e da unidade de tesouraria;
- Cumprimento da lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro);
- Aplicação da Lei n.º 7/2010 (ECPDESP), da qual resultou aumento das despesas com pessoal e conseqüente esforço orçamental.

Santarém, 6 de junho de 2017

O Conselho de Gestão,



